

"Questões jurídicas podem atrapalhar muito sua vida, seu patrimônio e seus negócios. Por isso, estamos aqui para ajudar. Valorizamos a justiça, a honestidade e o tempo".

← → ↻ 🏠 www.vercilrodrigues.adv.br/

Av. Firmino Alves, 60, Edifício Módulo Center, Sala 1.007, 10º andar, Centro - Itabuna-BA
CEP: 45600-185 - Tel. (73) 3613-2545, 98852-2006 e 99134-5375 | E-mail: vercil5@hotmail.com



**Advocacia &
Consultoria Jurídica**
VERCIL RODRIGUES
Advogado OAB/BA 36.712



Direitos



- JURÍDICA
- CIDADANIA
- VARIEDADES

JORNALISMO COM QUALIDADE E CREDIBILIDADE

Fundador: VERCIL RODRIGUES - www.jornaldireitos.com - E-mail: direitos@jornaldireitos.com - Ano XII - nº 129 - SUL DA BAHIA - maio de 2020 - R\$ 2,00

ISSN 2178-8529



Congresso Nacional promulga Emenda Constitucional que simplifica gastos federais

Foi promulgada pelo Congresso Nacional, na quinta-feira (7/5), a chamada PEC do "orçamento de Guerra". A Emenda Constitucional 106, de 2020, que simplifica os gastos do governo federal para o combate à epidemia de coronavírus e teve a votação concluída na Câmara quarta-feira (6/5).

Leia mais na página 05

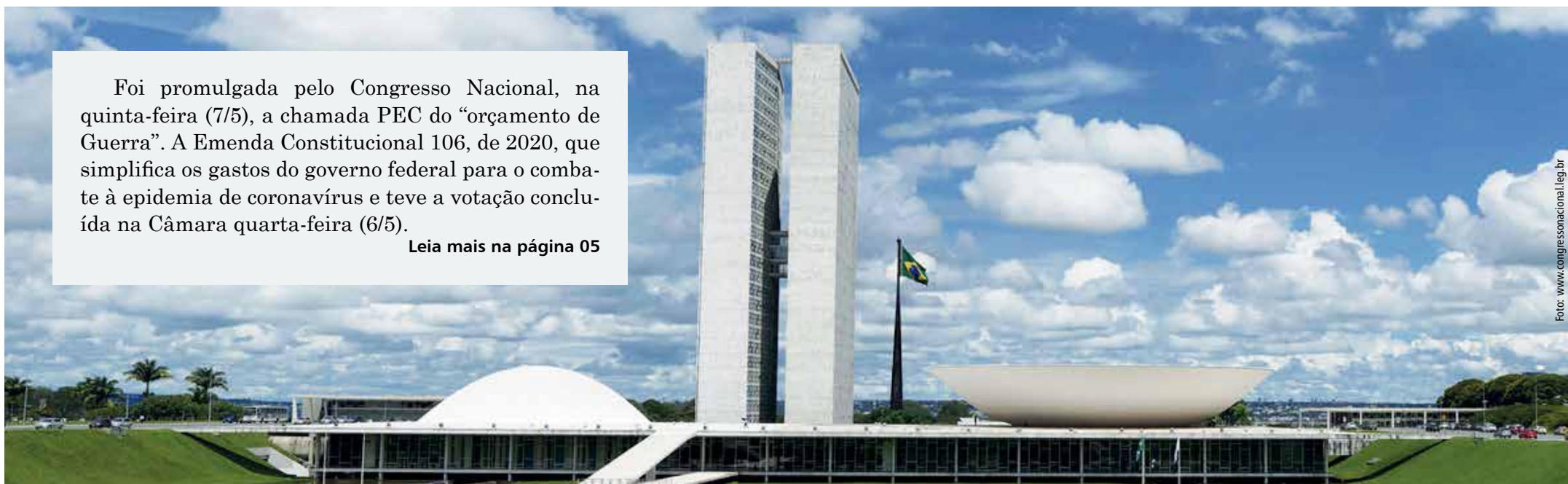


Foto: www.congressonacional.leg.br

Entrevista com Vercil Rodrigues, idealizador-fundador e vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA).

A ALJUSBA abrange mais de 50 municípios e é sediada na cidade de Itabuna

Leia mais na página 07

Governo do Estado reforça enfrentamento ao coronavírus com mais de 2,6 mil leitos

Leia mais na página 15



PENSOU EM ABASTECER? PASSA AQUI!

POSTO VITÓRIA

Tels: 73 3613-4318

Avenida Amélia Amado 987 - Centro - Itabuna-BA

Email: famacombustiveis@ig.com.br



Irm. Marco Antônio Monteiro de Souza



Vacinação

Como vimos no artigo anterior, há dois métodos para prevenir as doenças infectocontagiosas: a soroterapia e a vacinação. No primeiro caso, o antígeno é introduzido num animal que responde formando anticorpos. Estes, após filtrados, são injetados no homem, conferindo-lhe uma imunidade imediata, porém fugaz, não ultrapassando os 15 dias. Já na vacinação, o antígeno (veneno, substâncias produzidas por bactérias, vírus etc.) é injetado no homem, dando-lhe uma imunidade que não é imediata, porém é duradoura, geralmente de 10 anos. Depreende-se, então, que na soroterapia a proteção é automática, mas na vacinação é necessário esperar alguns dias e até meses para ocorrer a proteção vacinal.

Edward Jenner, um médico inglês, no século XVIII, observando que as ordenhadoras de vacas tinham nas mãos pústulas e que jamais adoeciam de varíola, concluiu que elas desenvolviam uma varíola benigna, diferenciando da humana, que apresentava alta mortalidade. Jenner, pegando o líquido retirado das pústulas de uma orde-

nhadora, inoculou-o no braço de um garoto, que não adoeceu. Estava descoberta uma importante arma terapêutica.

Muitos anos depois, Louis Pasteur, atenuando(enfraquecendo) o vírus da raiva obtido da saliva de um cão raivoso, teve êxito em preparar a vacina antirrábica. A vacina, que é uma suspensão de bactérias ou vírus atenuados, ao ser injetada no indivíduo vai provocar-lhe a formação de anticorpos que o protegerá quando ele entrar em contato com o germe. Este não causará doença, pois os anticorpos vão destruí-lo.

Após os trabalhos de Jenner e Pasteur, vários pesquisadores desenvolveram outras vacinas. Assim, há a BCG contra a tuberculose; a SABIN contra a poliomielite; a DPT contra difteria, coqueluche e tétano; a antimalária contra a malária etc.

Já estão longe os dias em que o homem estava indefeso contra as doenças infectocontagiosas. A varíola foi erradicada do planeta e brevemente será a poliomielite.

***Jairo Santiago Novaes**
Médico em Itabuna – Bahia.
Email: jairo.novaes@hotmail.com



Por Jairo Santiago Novaes*

Religião

Por Monsenhor Jonas Abib

Precisamos adorar Jesus no Santíssimo Sacramento

Embora algumas Igrejas se encontrem fechadas, Deus faz surgir, por meio de muitas paróquias, institutos religiosos e santuários, novas possibilidades de acesso que alimentam a nossa espiritualidade com transmissões de Missas, Encontros de Oração entre outros.

Destaco a Adoração de Jesus Sacramentado nos sacrários do mundo inteiro. A Canção Nova – além das Quintas-feiras de Adoração e dos momentos de adoração após as Missas – também expõe, 24 horas por dia, pelo portal, acesso: cancaonova.com, o

sacrário da Capela Sagrada Família, em sua sede, na cidade de Cachoeira Paulista (SP).

Reserve um tempo, durante o dia ou a noite, e faça a sua adoração, pois Cristo é a força de que você precisa! Deus o abençoe!

**Por seu irmão,
Monsenhor Jonas Abib**

Fundador da Comunidade Canção Nova – Cachoeira Paulista – São Paulo.
www.cancaonova.com.br



DIVÁ

Por Carlineia Lima

A influência do distanciamento social no aumento da violência doméstica

Estar em distanciamento social no domicílio pode ser um momento de maior interação familiar porém, essa não é a realidade para algumas pessoas. Afinal, os recentes dados mostram que é no próprio lar que muitas mulheres e meninas correm perigo.

Segundo os dados do Disque 180, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, no Brasil houve um aumento de 9% no número de denúncias de violência contra a mulher. Na Bahia houve um aumento de quase 54% no número de casos, foram 95 denúncias de violência doméstica na Bahia em março contra 146 até o dia 19 de abril. Vale ressaltar que o Brasil é o 5º país do mundo com maior número de casos.

É fato que a Pandemia de forma isolada, não é a determinante do preocupante índice acima apresentado. Tanto os divórcios quanto a violência doméstica antecedem a quarentena todavia, tais picos ratificam determinados efeitos colaterais do distanciamento social. Seja na vida a dois ou entre demais membros da família, a convivência é algo desafiador. Sustentar a harmonia familiar em tempos de pandemia, onde as incertezas e dificuldades causadas pela situação, ocasionam desordens psicoemocionais como a ansiedade, a preocupação e o estresse, não é tarefa das mais simples contudo, está longe de ser justificativa para a violência.

Ter o direito de ir e vir restrito por si só causa tensão, além disso, muitas famílias estão sem renda durante esse período, esse cenário torna-se favorável ao desencadeamento de brigas e desentendimentos dentro de casa, o excesso de convivência repentina ao qual a maioria das famílias de forma abrupta estão sendo “forçados” a viver, tem potencial para afetar os relacionamentos, e no caso dos relacionamentos já considerados abusivos as chances dos

conflitos crescerem e desencadearem violência doméstica são bem maiores. O abuso de álcool devido a ociosidade também é apontado como potencializador de atos violentos.

Ainda que pareça que estejamos todos no mesmo barco, a tripulação da primeira classe, tem os impactos negativos minimizados devido o privilégio desfrutado, todavia aos demais onde há escassez desde espaço físico, a alimentação o desafio se torna muito maior, causando diversificada formas de malefícios.

O cenário atual é tão preocupante que o CNJ Conselho Nacional de Justiça no último dia 25-04 criou o grupo de trabalho para elaborar sugestões de medidas emergenciais para prevenir a violência doméstica. Outras iniciativas estão sendo adotadas pelo Instituto Nelson Wilians que uniu-se ao Instituto Justiça de Saia e ao Instituto Bem Querer Mulher na força-tarefa JUSTICEIRAS. O projeto pretende colaborar para que a violência contra a mulher não aumente, não seja esquecida ou subnotificada durante a quarentena. O objetivo das JUSTICEIRAS é acolher, apoiar e prestar orientação técnica a distância, por meio do atendimento virtual meninas e mulheres vítimas de violência doméstica.

Estamos vivendo um momento atípico onde, mais do que nunca, é preciso se colocar no lugar do outro e ser mais paciente, é um momento de olhar para o outro, mas também de cuidar de si. Lembre-se, o seu apoio é fundamental para interromper esse ciclo de violência. Através do 180 é possível ligar e fazer uma denúncia online.

Por **Carlineia Lima**.
Psicóloga. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho, pós-graduada em Saúde Mental com ênfase em dependência química. Atua como psicóloga social e organizacional. Itabuna – Bahia.
Tel: (73) 98846 4441 e 99153 5870
E-mail: limacarlineia@hotmail.com

Direitos

• JURÍDICA • CIDADANIA • VARIEDADES

Expediente

Home Page: <http://www.jornaldireitos.com> E-mail: direitos@jornaldireitos.com
Telefones: (73) 99134.5375 | 98852.2006 | 3613.2545

O DIREITOS é publicado pela DIREITOS EDITORIA E PUBLICIDADE LTDA, sob o CNPJ de Nº 11.463.667/0001-47 e Inscrição Municipal de Nº 18.506

Endereço: Rua Pernambuco, nº 153, Aptº. 2, Edifício Residencial Josemar Quadros, Bairro Jardim Vitória – Itabuna – Bahia – CEP 45.605-510

Fundado: 15 de janeiro de 2009

Diretor-Editor: Vercil Rodrigues (Vercil5@hotmail.com)

Jornalista Responsável: Vercil Rodrigues – DRT-BA. 5801 - filiada a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) sob o nº 1942.

Diagramação e Execução Gráfica: Arnold Coelho

Revisão: Viviane Teixeira Rodrigues.

Deptº. de Marketing e Publicidade/Venda: V.A. Produção/Rodrigues (73) 99134.5375.

Conselho Editorial: Mateus Maurício Santos e Giovani G. de Albuquerque.

Departamento Jurídico: Dr. Vercil Rodrigues – OAB/BA. Nº 36.712

Circulação: Itabuna - Ilhéus e Sul, Extremo e Baixo Sul da Bahia, Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Eunapólis, Itamarajú, Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Barreiras.

Responsável pela Distribuição em Itabuna/BA.: Angélica S. da Silva (73) 98106.9737.

Responsável pela Distribuição em Ilhéus/BA.: J. R. Distribuidor (73) 3613.5363

Críticas, sugestões e postar artigos: direitos@jornaldireitos.com | Vercil5@hotmail.com

Tiragem: 6.000 exemplares mensais. - Edições Anteriores: R\$ 5,00

* Todos os artigos contidos neste Jornal são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores

O melhor CAMINHO

PARA SUA FORMATURA!

terceiraVia®

FORMATURAS E EVENTOS

vendas@terceiraviaformaturas.com
[f/terceiraviaformaturas](https://www.facebook.com/terceiraviaformaturas) [@terceiraviaformaturas](https://www.instagram.com/terceiraviaformaturas) (73) 3613-5562
www.terceiraviaformaturas.com



Notícias Jurídicas

Mancha – História

Ao receber a denúncia, ministro Og apontou um capítulo nada honroso para a história do Tribunal baiano: no desdobramento das apurações da operação Faroeste, observou-se que havia “grupos se digladiando dentro do Tribunal, para obtenção de vantagens indevidas”.

Foi na Bahia que se criou o primeiro Tribunal do país: no ano passado, celebrou-se os 410 anos

do Judiciário baiano, o mais antigo das Américas. Instalado em 1609 com o nome de Tribunal de Relação do Estado do Brasil, também chamado de Relação da Bahia, o órgão tinha a função de atuar de forma colegiada para diminuir os poderes dos ouvidores. A denominação de Tribunal de Justiça do Estado da Bahia foi adquirida somente com a Constituição Federal de 1946.

Rapidezinhas Jurídicas

Shakespeare numa hora dessas?

A propósito, os Estados e municípios têm transferido para o Judiciário a responsabilidade de decidir. Com efeito, livrando-se do ônus político, alguns alcaides e governadores vão flexibilizando e o

MP aciona a Justiça, que vai restringindo. Assim, o agente público fica confortável. Ou seja, há mais coisas entre o Executivo e o Judiciário do que sonha nossa vã epidemia.

Frase do Mês

“Para que o povo tenha confiança no Direito e na Justiça é preciso que estas sejam onipresentes; que as pequenas violações de direito, tanto quanto as grandes possam ser reparadas”.

Rui Barbosa



**Instituto de Urologia
e Nefrologia de Itabuna**
Ultra-Sonografia

Dr. Fernando Cruz
UROLOGIA

Dr. Vilson Martins
UROLOGIA

Dr. Gabriel Rodrigues
UROLOGIA

Dr. Júlio Brito
UROLOGIA

Dr. Bruno Foeppel
UROLOGIA

Dr. Júlio B. Filho
UROLOGIA

Dr. João Otávio Macêdo
UROLOGIA

Ed. Itabuna
Trade Center

Endereço: Av. Princesa Isabel, 395, 3º andar,
Banco Raso, Itabuna-BA - TEL.: (73) 3613-4715

Filosofia do Direito

Temos pois definido o justo e o injusto. Após distingui-los assim um do outro, é evidente que a ação justa é intermediária entre o agir injustamente e o ser vítima da injustiça; pois um deles é ter demais e o outro é ter demasiado pouco.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Em seu livro *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta a justiça como uma virtude e a diferencia daquilo que é injusto.

Assinale a opção que define aquilo que, nos termos do livro citado, deve ser entendido como justiça enquanto virtude.

A Uma espécie de meio-termo, porém não no mesmo sentido que as outras virtudes, e sim porque se relaciona com

uma quantia intermediária, enquanto a injustiça se relaciona com os extremos.

B Uma maneira de proteger aquilo que é o mais conveniente para o mais forte, uma vez que a justiça como produto do governo dos homens expressa sempre as forças que conseguem fazer valer seus próprios interesses.

C O cumprimento dos pactos que decorrem da vida em sociedade, seja da lei como pacto que vincula todos os cidadãos da cidade, seja dos contratos que funcionam como pactos celebrados entre particulares e vinculam as partes contratantes.

D Um imperativo categórico que define um modelo de ação moralmente desejável para toda e qualquer pessoa e se expressa da seguinte maneira: “Age como se a máxima de tua ação deve-se tornar-se, por meio da tua vontade, uma lei universal”.

RESPOSTAS NA PRÓXIMA EDIÇÃO

RESPOSTAS DA ÚLTIMA EDIÇÃO. 1-C E 2 - B.

Expressões Jurídicas

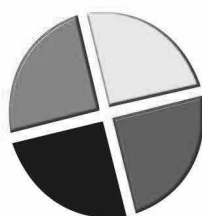
- 1- Ab Absurdo = Partindo do absurdo.
- 2- Ab Actis = Para cuidar dos atos.
- 3- A capite Ad Calcem = da cabeça aos pés
- 4- Ad retiro = Cláusula de retrovenda
- 5- Animus confitendi = Intenção de confessar.
- 6- Brevi manu = de ponto
- 7- Eadem causa = mesma causa
- 8- Error facti = Erro de fato
- 9- Error in persona = Erro sobre a pessoa
- 10- Ex vi = Por efeito de, por força, em decorrência
- 11- Facies = Forma exterior
- 12- Ficta confessio = Confissão ficta ou fictícia
- 13- Gratia argumentandi = Apenas pelo favor de argumentar
- 14- Hic ET nunc = Aqui e agora
- 15- In dubio pro libertate = Em dúvida pela liberdade.

Cinco cirurgias estão discutindo:

- “Contabilistas são mais fáceis de serem operados. Quando você os abre, tudo o que está dentro é numerado”, diz o primeiro.
- “Não, bibliotecários são melhores. Todos os itens estão catalogados em ordem alfabética.”, retruca o segundo.
- “Você já experimentou um electricista? Tudo dentro deles segue o código de

- cores!” é a opinião do terceiro.
- “Eu prefiro engenheiros. Eles sempre entendem quando sobram algumas coisas depois que você termina.”, exclama o quarto cirurgião.
- “Todos vocês estão errados” diz o quinto médico: “Advogados são mais fáceis. Eles não têm coração, nem espinha, e cérebro e intestino são permutáveis entre si!”

Divertidas



Gráfica Oliveira Ltda.
Impressos Offset em geral

- Panfletos • Talão de Pedido • Folders
- Nota Simples • Cartões de Visita • Calendários e Etc

73 3211-0550 | 98881-6877

E-mail: ivambatista@hotmail.com

Av. Juca Leão, 65 - Térreo - Centro - Itabuna - BA
Próximo ao Terminal Rodoviário

Realce Car

POLIMENTO CRISTALIZADO - REVITALIZAÇÃO
RECUPERAÇÃO DE RISCO - MARTELINHO DE OURO
FUNILARIA E PINTURA E, GERAL

Av. Juracy Magalhães,
183 - Centro - Itabuna-BA

73 98805-3929



ESPAÇO IMOBILIÁRIO

Dicas Imobiliárias

Por Vercil Rodrigues.

Advogado. Pós-graduado em Direito Público e Privado. Membro-fundador da Associação Sul Baiana de Advogados Previdenciários (Asbap). Membro-idealizador-fundador e Vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (Aljusba) e Autor dos livros "Breves Análises Jurídicas", "Dicas de Direito Imobiliário" e "Dicas de Direito Previdenciário" (Direitos Editora). Itabuna - Bahia + 55 (73) 98852 2006 - 99134 5375 e 3613 2545

Responsabilidade do locatário por danos causados ao imóvel

A cláusula de contratação de locação que coloca o locatário como responsável por eventuais danos causados ao imóvel, é insuficiente para determinar quem de fato deve arcar com as despesas. O Código Civil estabelece o que, em princípio deve ser assumido por cada uma das partes.

Mas especialistas em direito imobiliário asseguram que a melhor maneira de evitar problemas é detalhar ao máximo a situação em que a propriedade se encontra no momento da assinatura do contrato.

A maioria dos conflitos entre locadores e locatários envolve a discussão em torno de quem vai arcar com custos de reformas. Ou seja, a quem deve ser enviada a conta por vazamentos, fiações com defeito e mesmo erros de projetos que são detectados somente depois que o contrato de locação foi assinado?

A melhor forma de evitar discussões e ações na Justiça é a realização de um laudo de vistoria técnica, preferencialmente companhia de um engenheiro ou técnico.

É necessário checar tudo, se as torneiras estão funcionando, se há energia em todas as tomadas. E o inquilino (locador) precisa ser muito mais atencioso, pois ele vai assumir no contrato que a casa ou apartamento está em boas condições.

O Código Civil brasileiro - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - prevê três tipos de benfeitorias nos imóveis: as necessárias, a exemplo de conserto de



caixa d'água, em que normalmente as despesas são bancadas pelo dono do imóvel; as úteis, como consertos de portas internas; e as voluptuárias, como a instalação de piscina. No caso das úteis, há espaços para negociação entre as partes, mas no caso das voluptuárias, a obra normalmente só é feita se o locatário assumir as despesas e ainda assim obter autorização do dono.

Os especialistas em direito imobiliário destacam que nem sempre uma reforma que não seja expressamente útil vai recair sobre o locatário apenas porque ocorreu após a assinatura do contrato. Qualquer dano provocado pela ação do tempo, como a queda de um muro externo, deve ser responsabilidade do proprietário.

As três benfeitorias previstas no Código Civil são as reformas necessárias - que na linguagem jurídica, são aquelas de maior valor hierárquico, pois, de acordo com o código civil, estão estritamente a cargo do locador,

podendo ser realizado pelo locatário com posterior indenização, como alterações nos sistemas hidráulico e elétrico, sem os quais os locatários não podem usufruir do imóvel de forma adequada. As reformas úteis - são aquelas que aumentam ou facilitam o uso do imóvel locado, como troca de portas internas, por exemplo. Essas reformas são indenizáveis ou não, a depender do contrato assinado. É importante que no documento o proprietário não faça objeção a eventual indenização. E por último, reformas voluptuárias - obras caras que destinam exclusivamente a aumentar a capacidade de o imóvel proporcionar recreio e lazer aos moradores. Pelo código civil, essas benfeitorias não são indenizáveis e devem ser retiradas ao fim do contrato de locação. É o caso de piscinas, quadras desportivas e saunas, por exemplo. Ainda assim, as construções desses aparelhos estão sujeita à expressa aprovação do proprietário do imóvel.

Os interessados em enviar perguntas sobre o tema Direito Imobiliário para Dr. Vercil Rodrigues, encaminhar para os e-mails: vercil@jornaldireitos.com e jornalcompasso@gmail.com e vercil5@hotmail.com

Rapídhins Jurídicas

Competência

Estados e municípios, no âmbito de suas competências, podem adotar medidas para restringir o transporte intermunicipal e interestadual durante a pandemia. As medidas restritivas, no entanto, devem estar embasadas em recomendação técnica e têm de preservar o transporte de produtos e serviços essenciais. Assim decidiu o plenário do STF.

Notícias Jurídicas

Operação Faroeste - TJ/BA

A Corte Especial do STJ recebeu denúncia contra 15 investigados por esquema de venda de decisões no TJ/BA. Com a decisão, quatro desembargadores do TJ/BA e outros três juizes, mais advogados e servidores, responderão a ação penal. O substancial voto do ministro Og Fernandes foi acompanhado por unanimidade.

Os desembargadores Maria da Graça Pimentel,

Maria do Socorro Barreto Santiago (ex-presidente do Tribunal baiano), Jose Olegário Monção Caldas e Gesivaldo Nascimento Brito (que era, poucos meses atrás, o presidente do TJ/BA) permanecerão afastados do cargo. Com relação às prisões cautelares decretadas, que incluem a da desembargadora Maria do Socorro, após muitas idas e vindas, a Corte Especial adiou a deliberação.

CORRETOR DE IMÓVEIS
Evandro Carvalho
CRECI 16851

73 99156-2379
98856-6577
99983-6766

E-mail: carvalhoevandro@ig.com.br

Av. Cinquentenário, nº 312 - Centro Galeria 3
Edf. Irmãos Magno - Itabuna-BA - Cep: 45.600-002



CAIXA

Wanderley Rodrigues

ADVOGADO - OAB 2909
Corretor de Imóveis - CRECI 5099

Rua Miguel Calmon, 113
Sala 05 - Térreo
Itabuna-BA

Fone: 73 3211-4956
Fonefax: 73 3211-1994
Cel.: 73 99198-0075

E-mail: romildanobre@ig.com.br



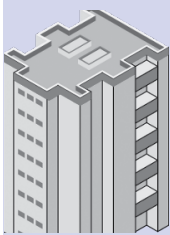
Derval Maia
Corretor de Imóveis
CRECI 14245



73 98815-2906 73 99180-3369

E-mail: maiaderval@gmail.com

VENDE-SE UM APARTAMENTO



Em um prédio novo, pastilhado, com garagem com pisos de alta resistência e pintado com tinta de 1ª qualidade, vendemos um apartamento padrão classe A, 1º andar, nascente, todo em massa corrida, pintado com tinta toque de seda, granito bege Bahia por quase todo o imóvel, incluindo os rodapés, porcelanato, luxuosos lustres, teto rebaixado e boa localização, na Av. Félix Mendonça - bairro Góes Calmon, contendo 1 suíte c/ 16m2 + ¼ quarto amplo com 16m2, com armários nos quartos e cozinha, banheiro e sala amplos, copa-cozinha, com 4 áreas de luz, área de serviços e 1 vaga ampla na garagem e condomínio de R\$ 200,00. Preço de oportunidade - Telefone (73) 3613.2545 - 98846.2545.

Adécio S. Bispo
Técnico em Transações Imobiliárias CRECI - BA No 7079
Avaliador de Imóveis CNAI No 08348

Avenida Duque de Caxias, nº 720, Centro - Itabuna-BA
E-mail: bispo.fazendas@gmail.com

Tel: 73 98837-0814 | 99136-2672 | 99831-1281

VENDE-SE IMÓVEIS URBANOS LITORÂNEOS E RURAIS



CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO



ACADEMIA DE LETRAS
JURÍDICAS DO SUL DA BAHIA

Itabuna (BA), 5 de maio de 2020

DE: ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS DO SUL DA BAHIA - ALJUSBA

PARA: CONFRADES DA ALJUSBA

Exmos. Confrades e Confreiras,

Sirvo-me da presente para convocar, consoante faculta o art. 16 do estatuto desta entidade, eleições para o biênio 2020/2022, sendo que os ilustres membros efetivos, se quiserem, deverão, no prazo de 10 (dez) dias, a partir desta convocação, apresentar chapas para concorrência ao pleito, constante dos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário-geral, diretor-tesoureiro, diretor-bibliotecário.

Findo o prazo para apresentação das chapas concorrentes, realizar-se-á o pleito, nos 10 (dez) dias seguintes, cujos votos serão encaminhados via internet (e-mail: contato@academiadeletrasjuridicasdosulbahia.com)

Atenciosamente,

Paulo Sérgio dos Santos Bomfim

Presidente

Avenida Firmino Alves, nº 60, Ed. Módulo Center, Salas 1006/1007, 10º andar, Centro, Itabuna - Bahia, (Sede Provisória) - (73) 3613 2545 e 99134 5375 - CEP 45.600-185

Projeto e Leis

Congresso promulga Emenda Constitucional que simplifica gastos federais



Foi promulgada pelo Congresso Nacional, na quinta-feira (7/5), a chamada PEC do "orçamento de Guerra". A Emenda Constitucional 106, de 2020, que simplifica os gastos do governo federal para o combate à epidemia de coronavírus e teve a votação concluída na Câmara quarta-feira (6/5).

A nova norma constitucional flexibiliza regras fiscais, administrativas e financeiras durante o período de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. O objetivo da emenda, conhecida como "orçamento de guerra", é

dotar o governo de instrumentos para gerir as contas públicas e as ações de combate à pandemia da Covid-19.

Também estabelece um orçamento específico para os gastos ao enfrentamento da pandemia, permite a criação de despesas sem as amarras atuais, dispensa o Poder Executivo de cumprir a "regra de ouro" e simplifica o processo de compras e contratação de pessoal. Também confere poderes inéditos ao Banco Central (BC). As novas regras estão limitadas ao período de calamidade pública.

ITAFRIO
ITABUNA - BAHIA

Assistência Técnica Autorizada
BRASTEMP CONSUL

Rua Getúlio Vargas, nº 63 - Térreo - Banco Raso
CEP 45.607-320 - Itabuna-BA
Tel.: (73) 3211-5364 / 3211-5436

ÁGUIA
CONTABILIDADE

CONTABILIDADE GERAL E CONSULTORIA

73 **3617-9700** | **3041-6801**

aguiacontabilidade2014@hotmail.com

2ª TRAVESSA MANOEL DE SOUZA CHAVES, Nº 40
TÉRREO, BAIRRO SÃO CAETANO - ITABUNA-BA

NENA
CÁLCULOS JUDICIAIS

Trabalhista, Cíveis, Consumidor e Justiça Federal

"Confiança, Rapidez e Credibilidade"

(73) **99168-1824**
99850-5097

E-mail: nenacalculos@hotmail.com

Avenida Cinquentenário, nº 436, 6º Andar, Sala 603, Ed. Lopes Cabral, Centro - ITABUNA - BAHIA

DINHEIRO TÁ DIFÍCIL? AQUI TÁ FÁCIL.

Faça já seu Empréstimo sem consulta ao SPC e SERASA

73 3612-2512

Av. Cinquentenário, 101 - Loja 4, Térreo - Centro - Itabuna-Bahia
uniaocr@hotmail.com

37 - Estudar deve ser uma constante na vida do advogado. Quem não o faz, atrasa-se em relação à evolução do direito, desatualiza-se, inferioriza-se em nível de informação e conhecimento. Com razão maior há de se entender assim, se se considerar que o Direito, ao contrário da Lei, estática, cristalizada, é dinâmico, sempre em movi-

38 - Busquem o jovem profissional da advocacia distinguir sempre entre legalidade e legitimidade, entre lei e direito, justiça e injustiça. Saiba diferenciar entre estado de direito autoritário, não democrático, ilegítimo, portanto.

39 - O jovem advogado que, em seu aprendizado e falta de familiaridade com as práticas forenses, tende a agir emocionalmente, e, como tal, se descontrola, fica à mercê do patrono da parte contrária que, percebendo sua instabilidade emocional, pode confundir-lo com maliciosas provocações. Aconselha-se nesse caso a dominar os nervos e agir com serenidade.

Fonte Livro: “Conselhos aos Jovens Advogados” de Bendito Calheiros Bomfim.



IMPRIMA

SINALIZAÇÃO - IMPRESSÃO - FACHADA

RUA CAMPO SANTO, 252, PONTALZINHO, 73. 3612 4532 | 99846 7230



**Cortinas, Persianas, Portões em Alumínio, Toldos e
Coberturas em Policarbonato, Divisórias p/ escritórios
Portas Sanfonadas pvc, Pisos Paviflex, Box Blindex,
Forros em geral.**

Daniel Victor
persilux@oi.com.br

73 3212-3763

Rua Vitória do Espírito Santo, 34 - Centro Itabuna - Ba - (cabeceira da ponte do São Caetano)



- Encadernação
- Plastificação
- Impressões
- Currículos
- Envelopes
- 2ª Via de Contas:
Água, Luz, Telefone,
"Minha Casa Minha Vida"
e Boletos em geral...
- Consulta ao Detran
- Pesquisas na Internet
- Inscrições para Concursos
ENEM/Vestibular...

BIG
Tel.: 98822.1611

**Av. Cinquentenário,
nº 366, centro
Itabuna-Bahia**

ACABOU O SEGREDO...
NOSSO NOVO SITE JÁ ESTÁ NO AR
www.jornalocompasso.com.br

O COMPASSO, JORNALISMO
MAÇÔNICO COM QUALIDADE





Entrevista

Entrevista com Vercil Rodrigues, idealizador-fundador e vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA).

A ALJUSBA abrange mais de 50 municípios e é sediada na cidade de Itabuna

O entrevistado dessa edição do DIREITOS, é o advogado, professor e jornalista Vercil Rodrigues, idealizador-fundador e vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA), sediada na cidade de Itabuna – Bahia, que no próximo dia 13 de maio, completará nove anos de fundação.

DIREITOS – Como surgiu a ideia de fundar a Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA)?

Vercil Rodrigues – Minha esposa Angélica Rodrigues, no mês de junho de 2010, me questionou se eu sabia da existência da Academia de Letras Jurídicas do Brasil (ABLJ), sediada no Rio de Janeiro.

A partir desse questionamento, como não conhecida nada a respeito, comecei a pesquisar o universo de uma academia de letras jurídicas, qual o seu papel, finalidade, dentre outros, até descobrir que a Bahia também dispunha da sua.

Quanto a Academia de Letras Jurídicas da Bahia, idealizada pelo então presidente do Tribunal de Justiça da Bahia/TJBA (1983/1984), desembargador Manuel José Pereira da Silva, foi fundada em 7/12/1983, constatei que a região Sul só tinha um representante nesta Augusta Casa, na categoria de patrono - cadeira 24 -, que era Aurelino Leal, nascido no dia 4/8/1877, na antiga Vila da Barra do Rio de Contas, hoje Itacaré.

Portanto, baseado nesse fato e somando a constatação que o sul da Bahia contava à época, com sete faculdades ofertando o curso de Direito, incluindo-se na lista a Universidade Estadual Santa Cruz (UESC) uma das melhores do Nordeste, nascia então a ideia e/ou projeto da região, outrora cacaueira, ter a sua Academia de Letras Jurídicas, no caso, a Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA).

DIREITOS – Quais foram os passos seguintes para a concretização da ALJUSBA?

Vercil Rodrigues – A partir daí, o próximo passo, então, foi convidar ilibados profissionais do Direito regional para juntos, amadurecermos a ideia de fundar a nossa ALJUSBA, a exemplo de Dr. Leandro Alves Coelho, advogado e professor de Direito Tributário das Faculdades UNIME/FACSUL e FTC; Dr. Cosme José dos Reis, advogado e professor de Direito Penal e Dr. Paulo Sérgio dos Santos

Bonfim, advogado e professor de Direito Civil da FTC, e, Dr. José Carlos Oliveira, advogado e Auditor Fiscal do Trabalho aposentando, que nos emprestou o seu escritório para nossa primeira reunião.

Ainda no escritório do Dr. José Carlos Oliveira e também nos dos demais membros-fundadores da ALJUSBA, nos reunimos diversas vezes para planejarmos as ações iniciais, as quais abrangeram a elaboração do Estatuto e do Regimento Interno, bem como a confecção de uma lista, uma com nomes de ilustres profissionais das Ciências Jurídicas, nascidos ou residentes na outrora região cacaueira, que já não estavam mais no plano material, mas que deixaram o seu legado na nobre área jurídica, para figurarem, após eleição secreta, como patronos da Egrégia Casa da Letras Jurídicas. Além dessa lista, uma segunda também foi feita, com nomes de expoentes vivos do Direito no contexto sul baiano, para disputarem também uma eleição secreta às 40 cadeiras.

DIREITOS – Quando ALJUSBA foi fundada e em que cidade?

Vercil Rodrigues – Foi fundada em 13 de maio de 2011, portanto, está prestes a completar nove anos, com sede e foro na cidade de Itabuna no Estado da Bahia.

Na histórica reunião de fundação do dia 13/5/2011, a academia teve aprovado o seu estatuto, o regimento interno, a logomarca, o brasão, o nome de sua revista, o nome do seu patrono, no caso, o professor-advogado-jurista Francolino Gonçalves de Queiroz Neto, em sua sede provisória – Avenida Firmino Alves, nº 60, Edifício Módulo Center, Salas 1006/1007, 10º andar, Centro, Itabuna – Bahia, CEP 45.600-185 –, a criação do site e, ademais, foi eleita por voto secreto sua primeira e histórica diretoria administrativa, que ficou constituída por Dr. Leandro Alves Coelho, presidente; Dr. Vercil Rodrigues, vice-presidente; Dr. Cosme Reis, diretor de biblioteca e arquivo; Dr. Paulo Sérgio Oliveira, tesoureiro. Ainda nessa reu-

nião, também foram eleitos de uma lista contendo mais de 80 nomes, os 40 patronos, bem como foram votados os 40 imortais que compo-riam essa ‘Augusta Casa’.

DIREITOS – O que é uma Academia de Letras?

Vercil Rodrigues – É uma associação civil com duração ilimitada, sem fins lucrativos, constituída por bacharéis em Direito, de notável saber jurídico e ilibada idoneidade, que tem prazo de duração indeterminado, sem finalidade lucrativa e o título é perpétuo.

DIREITOS – Qual é o objetivo e a finalidade da ALJUSBA?

Vercil Rodrigues – O objetivo da ALJUSBA, está definido no art. 2º de seu Estatuto, o estudo do Direito em todos os seus ramos, aperfeiçoamento e difusão das Letras Jurídicas, funcionando de acordo com as leis aplicáveis e as normas estabelecidas neste Estatuto.

Portanto, tem por finalidade o estudo do Direito em todos os seus ramos e, sobretudo, o aperfeiçoamento das letras jurídicas, funcionando de acordo com o Código Civil e as demais leis aplicáveis assim como com as regras estabelecidas no seu Estatuto e em seu Regimento Interno. Ela segue o traço das congêneres inspiradas no modelo francês.

Um outro ponto importante do objetivo da “Casa das Letras Jurídicas”, é o de reconhecer os profissionais que contribuem com a área de ensino-pesquisa e produção literária jurídica do sul do Estado, além do aprimoramento dessa nobre ciência.

DIREITOS – Quem pode fazer parte da ALJUSBA?

Vercil Rodrigues – Conforme o art. 3º, de seu Estatuto, a ALJUSBA é composta de 4 classes de sócios, acadêmicos ou efetivos; membros honorários, beneméritos e correspondentes.

Na categoria de acadêmico, segundo o art. 19 do Estatuto dessa associação, só é acessível a brasileiro nato resi-

dente no sul da Bahia; ser bacharel (a) em Direito; ter reputação ilibada; ser autor (a) de livros jurídicos, cuja obra revele sua contribuição ao aprimoramento do Direito da língua nacional e ser professor em curso de Direito. E de acordo com o art. 5º do Estatuto, tem caráter de perpetuidade o título de acadêmico.

DIREITOS – Qual é a área de abrangência da ALJUSBA?

Vercil Rodrigues – A Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia (ALJUSBA), territorialmente abrange a microrregião de Ilhéus-Itabuna, no sul, baixo e extremo sul do Estado da Bahia, com mais de 50 municípios e é sediada na cidade de Itabuna.

DIREITOS – Quando acontecerá a eleição para a nova diretoria da ALJUSBA?

Vercil Rodrigues – Agora no mês de maio, a atual gestão, publicará o edital com a abertura de inscrições das chapas, por no prazo de 10 dias, logo em seguida acontecerá entre os acadêmicos, a eleição para a escolha dos membros da diretoria administrativa, composta do presidente, vice-presidente, secretário-geral, diretor de biblioteca e arquivo e tesoureiro, para um mandato de dois anos (maio de 2020 a maio de 2022), conforme aduzem o estatuto e o regimento interno da Academia de Letras Jurídicas do Sul da Bahia.

Entrevista concedida a Angélica Rodrigues, colunista e sócia do Grupo DIREITOS.

E-mail: angelica@jornaldireitos.com



Foto: Julay Santana

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



SALVADOR

Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ:04.432.153/0001-20

CAMAÇARI

Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA

Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA

Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS

Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI

Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabatã – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUÊ

Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás, concessionária responsável pela distribuição de gás natural canalizado no estado da Bahia, apresenta este Relatório da Administração com o objetivo de prestar contas e demonstrar os resultados obtidos em 2019. Foi um ano marcado por desafios e conquistas, que culminaram com a celebração dos 25 anos da Companhia.

Estas duas décadas e meia deram à Bahiagás a experiência e competência necessárias para oferecer os melhores serviços. Assim, a Companhia cresceu e levou os benefícios do gás natural a um número cada vez maior de pessoas ao longo desses anos. Hoje, com aproximadamente 60 mil clientes, a empresa continua crescendo.

Em 2019, a Bahiagás prosseguiu com a sua expansão pelo interior do estado. O Gás Sudoeste – Duto de Distribuição do Sudoeste, maior projeto de interiorização da Companhia, seguiu com as obras do primeiro trecho. Além disso, realizamos a licitação para as obras do segundo trecho.

O Sul da Bahia também passou por importantes intervenções da Bahiagás em 2019. Aumentamos a rede urbana na cidade de Itabuna, levando o gás natural a estabelecimentos comerciais que antes não usufruíam do produto. No mesmo ano, a Companhia iniciou o fornecimento do energético ao primeiro cliente residencial no município. Já no Agreste Baiano, a cidade de Alagoinhas passou a ter o primeiro cliente comercial.

Continuamos trabalhando para atender ainda mais cidades baianas. Em 2019, iniciamos um estudo de viabilidade técnica para levar o gás natural a Vitória da Conquista. Nosso objetivo é proporcionar à terceira maior cidade da Bahia mais modernidade e desenvolvimento por meio do energético. Também assinamos um termo de cooperação com o município de Porto Seguro, visando desenvolver estudos para o atendimento futuro a um dos principais destinos turísticos do estado da Bahia.

A Região Metropolitana de Salvador é outra beneficiada. Um bom exemplo disso foi o início das obras do Duto Via Metropolitana, entre as cidades de Salvador e Lauro de Freitas. Trata-se de um empreendimento que terá 3,4 km de extensão e será utilizado para o atendimento ao novo Hospital Metropolitano de Lauro de Freitas - esta unidade de saúde utilizará o gás natural no processo de climatização.

Em 2019, continuamos, ainda, com a busca pela diversificação das nossas fontes supridoras e, consequentemente, melhores condições mercadológicas para a aquisição do gás natural. Por meio da Chamada Pública Coordenada, realizada em conjunto com outras concessionárias do Nordeste, recebemos manifestações de interesse de 12 empresas. Entre elas, quatro prosseguiram para a etapa de negociação.

Outro reflexo dessa nossa busca por novos fornecedores foi a assinatura, em 2019, de contrato de compra e venda com a Alvo Petro, produtor independente de petróleo e gás natural. No mesmo ano, inclusive, foram iniciadas as obras de construção de um gasoduto e de uma Estação de Transferência de Custódia (ETC) com capacidade para processar até 2 milhões m³/dia, possibilitando a compra do gás natural diretamente da Alvo Petro.

Como a relação da Bahiagás com a sociedade baiana vai além do negócio do gás natural, lançamos, em 2019, um novo Edital para Seleção de Patrocínios a Projetos Culturais, Sociais, Esportivos, Científico-Acadêmicos e Ambientais, tendo sido inscritos quase 500 projetos.

Essas realizações da Bahiagás no ano de 2019 são só alguns exemplos de que seguimos firmes no compromisso de expandir o gás natural no estado, beneficiar muito mais pessoas e empresas com o uso do energético e manter uma relação cada vez mais próxima com a comunidade baiana, trabalhando em prol do seu desenvolvimento. Que os próximos 25 anos sejam igualmente celebrados, colhendo os frutos de todo empenho e dedicação que plantamos hoje.

DESEMPENHO COMERCIAL 2019 E PREVISÃO PARA 2020

A expansão da malha de distribuição tem proporcionado uma maior atuação comercial da Bahiagás, com o atendimento a áreas desprovidas de gás natural. Mais indústrias, comércio e famílias passaram a sentir os benefícios do gás natural a partir de 2019. A Companhia alcançou um expressivo número de novas unidades consumidoras interligadas, enquanto que o volume de vendas atendeu às expectativas. Em 2019, a Companhia atingiu a importante marca de 1.000 km de rede de gasodutos construída, distribuindo o gás natural, em diferentes segmentos de mercado, para diversos municípios do estado da Bahia. Entre eles podemos citar Salvador, Camaçari, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Candeias, Catu, Conceição do Jaculpe, Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Lauro de Freitas, Mucuri, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho.

Crescimento de Clientes

O número de unidades usuárias interligadas à rede de distribuição da Bahiagás, em 2019, ultrapassou a marca dos 57 mil, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 4% em relação ao resultado alcançado em 2018. Vale destacar o segmento residencial, que corresponde a mais de 90% do total de unidades consumidoras da Companhia. A Bahiagás, inclusive, ocupa o primeiro lugar na região Nordeste e encontra-se entre as maiores do Brasil no segmento.

O aumento líquido de unidades consumidoras interligadas durante o ano de 2019 foi de 2.282, sendo o segmento residencial o carro-chefe do número de novas ligações, com 2.197.

Outro ponto de destaque é a interligação de diversos clientes residenciais e comerciais na cidade de Feira de Santana, que já conta com mais de 1,9 mil unidades consumidoras.

Os números acima apresentados evidenciam que a atuação da Bahiagás é cada vez mais eficiente, exercendo sua atividade com importantes avanços no estado da Bahia e cumprindo, assim, o seu papel enquanto concessionária estadual de distribuição de gás canalizado.

A previsão para 2020 é de superação da marca de 63 mil unidades consumidoras contratadas, com a interligação de mais de 5 mil novas unidades. Para tanto, a Bahiagás vem focando na captação e interligação de clientes na capital e no interior do estado, intensificando sua participação no varejo com o atendimento a estabelecimentos comerciais, e a condomínios residenciais.

Evolução do número de Unidades Consumidoras

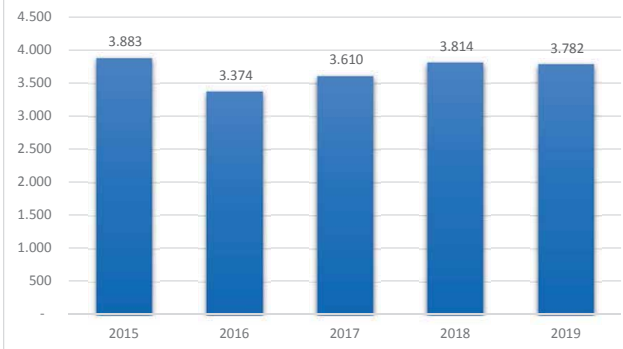


Evolução das Vendas

Em 2019, a Bahiagás atingiu um volume total de vendas de aproximadamente 1,38 bilhão de m³/ano, o que equivale a uma média diária de cerca de 3,78 milhões de m³/dia, correspondendo a uma redução de 0,84% em relação às vendas de 2018.

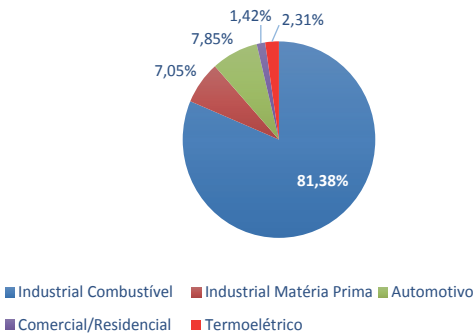
A evolução das vendas anuais da Companhia no período de 2015 a 2019 pode ser visualizada nos gráficos abaixo:

Evolução do Volume Comercializado (mil m³/dia)

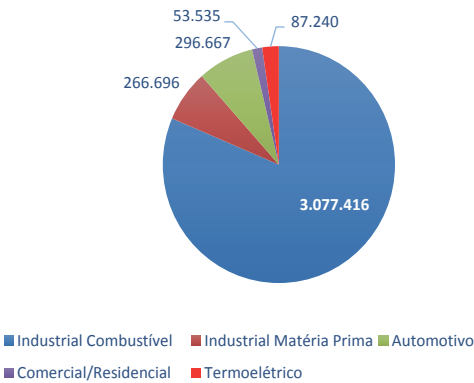


A distribuição das vendas anuais de 2019, entre os diversos segmentos atendidos pela Companhia, pode ser visualizada nos gráficos abaixo:

Distribuição de Vendas 2019



Distribuição de Vendas 2019 (m³/dia)



Desempenho por segmento:

Industrial – Este segmento foi responsável, em 2019, por 88,43% do total de vendas da Bahiagás, sendo 81,38% para o uso como combustível e 7,05% para uso como matéria-prima petroquímica. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 foi 3,9% inferior.

Destaca-se, ainda, a importante marca de consumo médio diário deste segmento em 2019, que chegou a 3,3 milhões de m³/dia, sendo que os principais ramos de atividade foram o químico e petroquímico, papel e celulose, cerâmica, alimentos e bebidas e metalúrgico.

De forma geral, o consumo de gás natural pelo segmento industrial tem uma importante participação do Polo Industrial de Camaçari, mas também se expande para o Centro Industrial de Aratu, Feira de Santana, Alagoinhas, Eunápolis, Mucuri, Itabuna e Ilhéus.

Automotivo – Em 2019, o segmento automotivo apresentou um volume de vendas médio de cerca de 296 mil m³/dia, com crescimento significativo de 10% em relação a 2018, o que reforça, não só a competitividade do preço do GNV em relação aos combustíveis líquidos concorrentes, mas também a continuidade do crescimento deste importante segmento. A Bahiagás encerrou o ano com 63 postos de combustíveis contratados, os quais fornecem o energético para os usuários finais.

Residencial – O segmento residencial também apresentou bons resultados no ano de 2019, tendo alcançado um volume médio diário de vendas da ordem de 18,4 mil m³/dia. A maior parte da expansão das vendas ocorreu na cidade de Salvador. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 0,87% superior.

Outros grandes destaques foram: o crescimento na cidade de Feira de Santana, onde a Companhia aumentou em 32% o número de unidades atendidas, e o início do fornecimento, neste segmento, na cidade de Itabuna, alcançando a marca de 240 residências.

Comercial – Em 2019, as vendas ao segmento comercial chegaram a 35 mil m³/dia, com expansão do número de clientes interligados à malha de distribuição de gás natural em Salvador e no interior do estado, resultado este que engloba as vendas do subsegmento **Geração, Cogeração e Climatização**. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 4,64% superior.

A Bahiagás tem intensificado seus esforços comerciais para apresentar soluções tecnológicas mais eficientes e inteligentes aos seus clientes nas áreas de **Geração, Cogeração e Climatização**, com a operação de novos equipamentos que vem diversificar o uso do gás natural.

Termelétrico – A Bahiagás tem contrato com a Imetame para atendimento à UTE Prosperidade I, com potência de 28MW e consumo de até 150.000m³/dia de gás natural, tendo sido alcançado um volume médio diário de vendas da ordem de 87 mil m³/dia em 2019. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 568% superior, justificado pelo fato da planta haver entrado em operação apenas no segundo semestre de 2018.

Visando ampliar o atendimento ao segmento termelétrico, foram firmados termos de compromisso com empreendedores com projetos termelétricos para participação dos Leilões de Energia Nova promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) - em outubro de 2019, a Imetame venceu o Leilão de Energia Nova A-6/2019 com a contratação da UTE Prosperidade II para a geração de 33,4MW (equivalente a 180 mil m³/dia), com previsão de início de operação em 2025.

SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL

Em 2019, foi dado continuidade à Chamada Pública Coordenada, que teve o objetivo de atrair novos fornecedores nacionais e internacionais para o atendimento da demanda de gás natural da região Nordeste, com condições mais competitivas. Foram recebidas manifestações de interesse de 12 empresas, das quais quatro prosseguiram para a fase de negociação.

Ainda no âmbito da Chamada Pública, a Bahiagás e Petrobras assinaram contrato de Compra e Venda de Gás Natural em 23 de dezembro de 2019, na modalidade Firme Inflexível, o qual vigorará até 31 de dezembro de 2020 e garantirá o fornecimento ao mercado atendido pela Bahiagás no período.

Durante o ano de 2019, foram iniciadas, ainda, as obras de construção da infraestrutura necessária para o recebimento do gás natural fornecido pela Alvo Petro, produtor independente de óleo e gás da Bacia do Recôncavo.

Estão sendo construídos pela Bahiagás a estação de transferência de custódia (ETC), a ser localizada no município de Mata de São João, e o gasoduto de distribuição de 15 km de extensão, até o município de Dias D'Ávila, com investimentos da ordem de R\$ 30 milhões. Do outro lado, a Alvo Petro está construindo um gasoduto de escoamento entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, e uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) para garantir a qualidade do gás entregue, conforme regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O contrato firmado com a Alvo Petro prevê o fornecimento, em diversas modalidades contratuais, de até 500.000 m³/dia de gás natural à Bahiagás, o qual será proveniente da jazida utilizada dos campos de Caburé, Caburé Leste e Cardeal do Nordeste, operados pela Imetame, com início de suprimento previsto para o primeiro quadrimestre de 2020.

A Bahiagás assinou, ainda, em 1º de agosto de 2019, o 5º Aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural com o Consórcio ERG, com previsão de retomada do fornecimento para o mês de março de 2020.

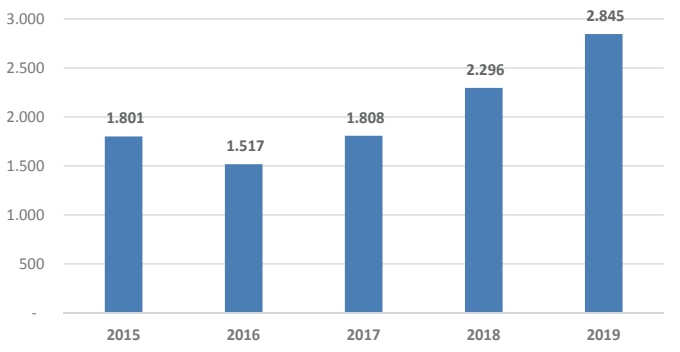
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As demonstrações financeiras de 2019 da Bahiagás revelam os resultados alcançados pela Companhia, consolidando sua posição como uma das principais distribuidoras de gás natural do País. Contudo, mudanças ocorridas no ambiente regulatório, iniciadas desde o final do exercício 2018, vem ocasionando impactos negativos nos principais indicadores da Companhia.

1) Receita Bruta Operacional

A receita operacional bruta de vendas, no exercício 2019, alcançou R\$ 2,8 bilhões, representando um aumento de 24% em relação às vendas do exercício anterior (R\$ 2,3 bilhões). Os números alcançados são justificados basicamente pelo repasse do aumento do preço de aquisição do gás natural, em decorrência da aplicação das regras de reajuste previstas no contrato de compra e venda de gás natural na modalidade de firme inflexível, firmado com a Petrobras, em 1º de maio de 2018, e que vigorou até 31 de dezembro de 2019. Por outro lado, se observou, em 2019, uma queda do volume vendido de 0,84% frente a 2018. O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Bruta Operacional da Companhia no período 2015-2019:

Evolução da Receita Bruta Operacional (R\$ milhões)

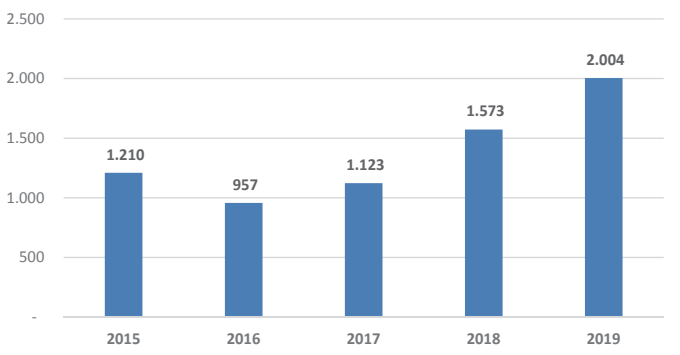


2) Custo de Aquisição do Gás Natural

Em 2019, o custo de aquisição do gás natural alcançou o montante de R\$ 2.004 milhões, valor este 27,4% superior ao realizado em 2018 (R\$ 1.573 milhões), fruto da entrada em vigor do novo contrato de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível firmado com a Petrobras em 1º de maio de 2018, cujas novas regras de precificação implicaram em relevantes aumentos do preço do gás. Adicionalmente, no novo contrato firmado, está prevista a cobrança do Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU e PGU2) nos casos em que a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior a 105% da Quantidade Diária Contratual (QDC), regra esta que também contribuiu para a elevação do preço médio de compra do gás natural ao longo de 2019.

A evolução do Custo de Aquisição do gás natural no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico abaixo:

Evolução do Custo de Aquisição do GN (R\$ milhões)



3) Margem Bruta

A Margem Bruta da Bahiagás, em 2019, atingiu o montante de R\$ 278 milhões, frente a R\$ 266 milhões em 2018, o que implica num aumento de 4,3%, justificado por um conjunto de fatores positivos e negativos, abaixo descritos:

i) A Margem Bruta Média relativa ao Exercício 2019, que foi cerca de 38,4% menor do que aquela aprovada em 2018, foi aprovada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) apenas no final do mês de outubro/19, e não no mês de maio como ocorreu em 2018, razão pela qual os seus eventuais efeitos serão levados para o exercício 2020 sob a forma de ajustes, conforme previsto no Contrato de Concessão.

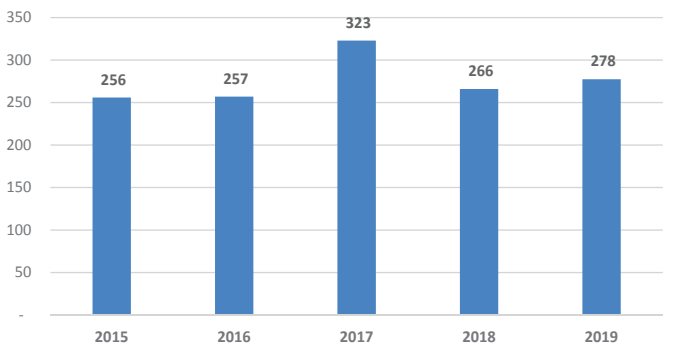
ii) Em 2019 foram apuradas diferenças de medição entre a Bahiagás e a Supridora, cujas variações estiveram dentro dos limites estabelecidos contratualmente.

iii) Houve pagamentos de PGU1 e PGU2 à Supridora em 2019.

iv) A AGERBA manteve, desde 11/01/2019, a aplicação de um redutor de R\$ 0,06/m³ sobre as tarifas da Bahiagás, o qual permanece em vigor até o presente momento.

A evolução da Margem Bruta no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico a seguir:

Evolução da Margem Bruta (R\$ milhões)

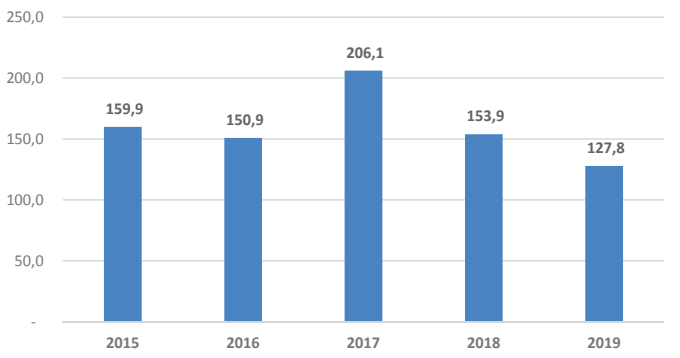


4) EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) atingiu, em 2019, o montante de R\$ 127,8 milhões, 16,9% inferior a 2018 (R\$ 153,9 milhões), resultado justificado, basicamente, pelo aumento de 31% do custo da Companhia em relação ao ano anterior, destacando-se as contas de Outras Despesas Operacionais (Contingenciamento Cível e Encargos de Capacidade) e Despesas Tributárias (Taxa de Fiscalização da Agência Reguladora, alterada conforme a Lei Estadual 14.031 de 12/12/2018).

A evolução do EBITDA no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico que segue:

Evolução do EBITDA (R\$ milhões)





- Implantação de um data center modular outdoor, possibilitando uma maior segurança das informações, cumprindo requisitos definidos no Plano de Continuidade de Negócio (PCN);
- Aquisição de mais um servidor para a infraestrutura de hiperconvergência, melhorando o ganho em eficiência e balanceamento de processamento;
- Implantação de dois módulos (cadastro e contratos) do sistema GGAS (sistema especialista em faturamento de gás natural), customização de novas funcionalidades e correção de erros no sistema;
- Adaptação do ERP para atender ao novo Manual de Gestão de Ativos Patrimoniais (MGAP) aprovado pela Diretoria Executiva, além da criação do aplicativo de apoio Timesheet, que permitirá a gestão e o monitoramento das horas trabalhadas pelas equipes em cada um dos projetos em andamento, bem como a sua apropriação contábil como investimento;
- Implantação do RM Sistemas, contemplando os módulos de processamento de folha, ponto eletrônico e segurança do trabalho;
- Implantação do Relatório Diário de Obras Eletrônico (RDO), trazendo mais agilidade no acompanhamento das obras em andamento;
- Criação de novas análises no sistema BI como: painel de processos e protocolos, acompanhamento de horas extras, acompanhamento de assistência médica e dependentes, acompanhamento de indicadores do comercial varejo e acompanhamento de projetos;
- Sistematização da emissão de cobrança de penalidades de programação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa na Bahiagás está fundamentada nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, com foco: i) na aplicação de boas práticas de gestão e de governança corporativa; ii) na construção de um conjunto de estruturas capazes de assegurar a fiscalização da gestão pelos seus diretores, Conselhos de Administração e Fiscal, acionistas e órgãos

de controle externo e interno; e iii) na frequente busca de que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados. Nesta direção, o acompanhamento da gestão juntamente com a atuação das auditorias interna e externa, busca, justamente, a preservação da confiança da sociedade na Companhia alinhada ao interesse público. Durante o ano de 2019, a Companhia sustentou a sua responsabilidade na busca pelo cumprimento à Lei 13.303/2016, elaborando e revisando normativos, executando ações voltadas para a disseminação e internalização do Código de Conduta e Integridade pelos colaboradores, realizando treinamentos voltados para a gestão de riscos e promovendo a divulgação, no site da Companhia, dos documentos exigidos pela referida lei. Enfim, a Bahiagás está em constante evolução para manter-se alinhada com a legislação e com as melhores práticas de governança, dando continuidade ao processo de ajustamento à Lei 13.303/2016, com a consequente adaptação dos seus instrumentos normativos e da sua gestão às exigências trazidas pela nova lei.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Em reconhecimento ao esforço de cada um na conquista dos objetivos, e como forma de valorizar o trabalho desempenhado, a Bahiagás faz questão de promover ações na área de Gestão de Pessoas. Em 2019, a Companhia deu prosseguimento a estas ações. Confira abaixo algumas delas: **Plano de Carreira, Remuneração e Competências (PCRC) e Avaliação de Desempenho** – Pela segunda vez, foi aplicada a nova metodologia do PCRC e da Avaliação de Desempenho definida para a Bahiagás e, em 2019, 57% dos empregados progrediram na carreira.

Novo sistema de folha de pagamento – A Bahiagás substituiu o seu sistema de folha de pagamento anterior pelo RM, obtendo maior eficiência, agilidade e confiabilidade no processo.

Capacitação – Em 2019, foram investidos R\$ 547.589,00 em ações de capacitação, cursos de idioma e de pós-graduação. Ao todo, foram capacitados 230 empregados.

Programa de Qualidade de Vida – Realizado em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), este programa tem como objetivo incentivar os colaboradores a adotarem um estilo de vida ativo e saudável, através da prática de atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida.

Ações de endomarketing – Durante o ano de 2019, foram realizadas várias ações de endomarketing com o objetivo de promover uma constante melhoria do clima organizacional e uma maior integração entre os colaboradores e suas famílias, com destaque para a comemoração de tempo de empresa, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho de todos que formam a Bahiagás levou a Companhia aos resultados positivos demonstrados. Essas conquistas somadas à celebração dos nossos 25 anos fizeram de 2019 mais um ano especial em nossa história. Somos gratos a todos que fazem parte desta caminhada. Aos nossos acionistas, pela confiança destinada à Diretoria; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos parceiros comerciais, aos fornecedores que nos prestaram relevantes serviços, aos nossos competentes e dedicados colaboradores, e, claro, aos nossos clientes, que nos inspiram a melhorar cada vez mais. Agradecemos ainda aos órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que, de alguma maneira, contribuíram para que, em 2019, a Bahiagás concluísse com êxito mais um ciclo de muito trabalho.

Luiz R. Barreiros Gavazza
DIRETOR PRESIDENTE

Gabriela Damasceno Duarte
DIRETORA TEC.E COMERCIAL

Lauro Daniel B. Perdiz
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)							DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)				
ATIVO	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018	RECEITAS LÍQUIDAS - VENDAS DE GÁS	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE				RECEITA DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)	19	2.281.667	1.838.888
Caixa e equivalentes de caixa	4	377.363	349.430	Empréstimos e Financiamentos	12	3.101	-			53.510	-
Contas a receber de clientes	5	109.827	96.364	Fornecedores	13	213.411	221.162	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	2.335.177	1.838.888
Depósitos vinculados	6	-	2.358	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	14	10.816	10.285	CUSTO DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)		(2.088.133)	(1.653.675)
Estoque	7	2.302	3.885	Tributos a pagar	15	9.449	6.675			(53.510)	-
Tributos a recuperar	8	22.230	22.556	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	26.606	29.714	LUCRO BRUTO		(2.141.643)	(1.653.675)
Despesas pagas antecipadamente		1.821	1.274	Outros passivos		486	468			193.534	185.213
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	5.363	22.914	Total do circulante		263.869	268.304	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Outros ativos		1.062	1.789	NÃO CIRCULANTE				Despesas comerciais	20	(11.773)	(14.048)
Total do circulante		519.968	500.570	Empréstimos e Financiamentos		68.828	-	Despesas gerais e administrativas	20	(84.351)	(65.004)
NÃO CIRCULANTE				Provisão para Contingências	16	27.577	7.282	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(15.815)	7.734
Realizável a longo prazo:				Débitos nas operações de venda de gás	17	5.516	4.793	LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		81.595	113.895
Depósitos vinculados	6	93	4.879	Outros passivos		179	220	Receitas financeiras	22	20.767	24.362
Tributos a recuperar	8	25.320	18.227	Total do não circulante		102.100	12.295	Despesas financeiras	22	(2.897)	(491)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	12.939	5.311	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18			LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		99.465	137.766
Depósitos judiciais	10	13.241	10.818	Capital social		461.388	438.992	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23	(26.247)	(45.291)
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	17.551	-	Reservas de lucros		101.983	106.602	Corrente		7.628	1.803
Imobilizado	11	19.438	-	Dividendos adicionais propostos		45.750	54.696	Diferido		13.095	22.382
Intangível	11	366.540	341.084	Total do patrimônio líquido		609.121	600.290	Incentivo Fiscal Sudene	18	(5.524)	(21.106)
Total do não circulante		455.122	380.319	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		975.090	880.889	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		93.941	116.660
TOTAL DO ATIVO		975.090	880.889					LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL-R\$ (MIL)	3	4,78	6,24
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
								DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS			

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)							
Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos Adicionais Propostos	Total
		Reserva Legal	Reserva Incentivos Fiscais	Lucros			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Aumento de capital - 27 de março de 2018	406.213	75.290	35.867	-	92.945	610.315	
Aumento de capital - 26 de dezembro de 2018	2.906		(2.906)			-	
Dividendos adicionais aprovados	29.873		(29.873)			-	
Dividendos adicionais aprovados					(92.945)	(92.945)	
Lucro líquido do exercício				116.660		116.660	
Destinação do lucro líquido do exercício	18					-	
Reserva incentivos fiscais			22.382	(22.382)		-	
Reserva legal		5.842		(5.842)		-	
Dividendos adicionais propostos				(54.696)	54.696	-	
Juros sobre o capital próprio				(33.939)		(33.939)	
Ajuste IRPJ e CSLL 2017				199		199	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Aumento de capital - 31 de março de 2019	438.992	81.132	25.470	-	54.696	600.290	
Aumento de capital - 31 de outubro de 2019	1.289		(1.289)			-	
Dividendos adicionais aprovados	21.107		(21.107)			-	
Dividendos adicionais aprovados					(54.696)	(54.696)	
Lucro líquido do exercício				93.941		93.941	
Destinação do lucro líquido do exercício	18					-	
Reserva incentivos fiscais			13.095	(13.095)		-	
Ajuste reserva de incentivos fiscais			(14)	14		-	
Reserva legal		4.696		(4.696)		-	
Dividendos mínimos obrigatórios				-		-	
Dividendos adicionais propostos				(45.750)	45.750	-	
Juros sobre o capital próprio				(30.390)		(30.390)	
Ajuste IRPJ e CSLL 2018				(17)		(17)	
Ajuste Incentivo 2018				(7)		(7)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>461.388</u>	<u>85.828</u>	<u>16.155</u>	<u>-</u>	<u>45.750</u>	<u>609.121</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)			
Nota Explicativa	2019	2018	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do exercício	93.941	116.660	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa			
Gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização	44.103	38.088	
Custo residual do ativo intangível baixado	(87)	4.393	
Provisão baixa material de investimento em estoque	106	126	
Provisão para contingências	20.295	2.646	
Estimativa de perda de crédito de liquidação duvidosa	3.266	1.350	
Juros e variações monetárias ativas e passivas	1.732	(3.632)	
Participação nos lucros de funcionários e administradores	2.134	1.920	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.628)	(1.803)	
Ajuste de exercícios anteriores	(24)	199	
Aumento (Redução) nos ativos operacionais	(16.729)	(19.242)	
Contas a receber de clientes	7.144	(1.597)	
Depósitos vinculados	1.583	(433)	
Estoque	7.476	8.099	
Tributos a recuperar	(547)	(311)	
Despesas pagas antecipadamente	-	466	
Créditos a receber - Petrobras	(3.428)	(2.589)	
Outros ativos			
Aumento (Redução) nos passivos operacionais	(7.751)	143.153	
Fornecedores	(1.603)	(4.770)	
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	2.774	2.413	
Tributos a pagar	1.274	(2.383)	
Outros Passivos	<u>148.031</u>	<u>277.927</u>	
Caixa proveniente das operações	<u>(12.651)</u>	<u>(11.475)</u>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>135.380</u>	<u>266.452</u>	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível	(68.089)	(59.443)	
Recebimento pela venda de intangível	-	-	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(68.089)</u>	<u>(59.443)</u>	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(54.696)	(95.570)	
Juros capital próprio pagos	(33.498)	(4.225)	
Empréstimos e Financiamentos	49.026	-	
Juros empréstimos pagos	(190)	-	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(39.358)</u>	<u>(99.795)</u>	
Aumento/Diminuição Líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>27.933</u>	<u>107.214</u>	
Representado por:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	349.430	242.216	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>377.363</u>	<u>349.430</u>	
AUMENTO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>27.933</u>	<u>107.214</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)				
Nota Explicativa	2019	%	2018	%
1 - RECEITAS	2.913.747		2.357.781	
1.1. Vendas de produtos	19	2.841.195	2.289.017	
1.2. (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.316)	(1.048)	
1.3. Outras receitas operacionais		74.868	69.812	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.619.744)		(2.085.565)	
2.1. Outros custos de produtos vendidos		(2.476.492)	(1.972.008)	
2.2. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(143.252)	(113.557)	
3 - RETENÇÕES	(44.103)		(38.088)	
3.1. Amortização		(44.103)	(38.088)	
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	249.900		234.128	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	20.767		24.362	
5.1. Receitas financeiras		20.767	24.362	
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	270.667		258.490	
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	100		258.490	100
7.1. Pessoal				
Remuneração direta	36.862	14	39.264	15
FGTS	2.022	1	1.867	1
Benefícios	11.840	4	10.098	4
7.2. Impostos taxas e contribuições				
Federais	10.647	4	27.250	11
Estaduais	109.405	40	56.678	22
Municipais	561	0	531	0
7.3. Remuneração de capital de terceiros				
Juros	2.897	1	491	0
Aluguéis	2.492	1	5.651	2
7.4. Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	30.390	11	33.939	13
Dividendos	45.750	17	54.696	21
Reserva Incentivos Fiscais - Sudene	13.095	5	22.382	9
Lucros retidos	4.706	2	5.643	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais – R\$, exceto o lucro por ação)	
1. Contexto operacional	
<p>A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás é uma sociedade de economia mista, constituída em 26 de fevereiro de 1991, com sede na cidade de Salvador, tem como objeto social a aquisição, comercialização, distribuição de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e armazenamento de gás, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, os desenvolvimentos econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do Estado.</p> <p>A Companhia é concessionária exclusiva, pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis, da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Bahia, contados a partir da publicação do Decreto Estadual nº 4.401 de 12 de março de 1991, conforme contrato de regulamentação da concessão para exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado da Bahia, datado de 06 de dezembro de 1993.</p> <p>Ao término do Contrato ocorrerá a reversão ao Poder Concedente dos bens e instalações, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no Contrato de Regulamentação da Concessão.</p> <p>Por iniciativa do Poder Legislativo Estadual, foi publicada a Lei nº 13.813, de 21 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar duas novas empresas de economia mista para prestação de serviços de distribuição de gás canalizado, dividindo o Estado da Bahia em três áreas geográficas. Até a emissão das presentes demonstrações financeiras, os termos da concessão outorgada à Companhia permanecem inalterados e nenhuma iniciativa formal adicional foi adotada pelo Poder Executivo com respeito à criação das novas empresas.</p> <p>A Companhia implantou relevantes exigências da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 18.470/2018 e 18.471/2018, conforme relato que segue abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os requisitos de transparência definidos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII, do Art. 8º, da Lei 13.303/16 vêm sendo atendidos pela Administração da Bahiagás.• Visando atender às disposições do inciso II, do Art. 8º, da Lei 13.303/16, os Administradores já submeteram às instâncias societárias competentes a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, a qual contempla a criação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade, a nova composição do Conselho de Administração, além da Política de Indicações.• Foram aprovados pelas instâncias societárias competentes, estando vigentes na Companhia, os seguintes instrumentos normativos: Código de Conduta e Integridade, Política de Conformidade, Política de Gestão de Riscos e a Política de Porta-Vozes.• O Plano de Negócios e de Estratégia de Longo Prazo para os exercícios que se iniciam vem sendo apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração de acordo com os regramentos do §1º, do Art. 23, da Lei 13.303/2016.• Práticas de gerenciamento de riscos e de controle interno foram implementadas pela Administração, inclusive com a inclusão da Gerência de Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia, além da criação de um Comitê de Gestão de Riscos, ambos em atividade.	
<ul style="list-style-type: none">• A proposta de Regulamento Interno de Licitações e Contratos já foi submetida pelos Administradores às instâncias societárias competentes, as quais não deliberaram sobre o assunto até o momento. Apesar disso, as diretrizes gerais sobre licitações e contratos vêm sendo cumpridas, a partir das rotinas e instrumentos relacionados às atividades de contratação.	
2. Apresentação das demonstrações financeiras	
<p>As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais (Moeda Funcional), foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes. Compreende o conjunto dessas demonstrações: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas apresentadas de forma comparativa.</p> <p>A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, e foi elaborada com base nos registros contábeis que serviram de base para a preparação das demonstrações financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor</p>	



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais – R\$, exceto o lucro por ação)

Adicionado.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Classificação/mensuração

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e aplicações financeiras registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

c) Depósitos vinculados

Referem-se a valores depositados em conta corrente vinculados a incentivos fiscais cuja a movimentação é autorizada pela instituição responsável pela aprovação dos referidos incentivos.

d) Contas a receber de clientes

Referem-se a créditos junto a clientes decorrentes de comercialização e distribuição de gás canalizado e serviços correlatos. A estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para fazer frente às perdas esperadas na realização das contas a receber.

e) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) destinados à manutenção operacional e classificados no ativo intangível destinados à construção de infraestrutura de distribuição, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas quando aplicável.

f) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível compreendem o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pela Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 (R2) – Ativos Intangíveis, ICPC 01(R1) e OCPC 05 Contrato de Concessão, que estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, conforme Nota nº 11 às demonstrações financeiras.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam utilizados pela Companhia, os quais correspondem à metodologia de remuneração prevista para o cálculo da tarifa conforme Contrato de Concessão.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente recuperado ou baixado, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços objeto da concessão.

Extinta a concessão, todos os ativos de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores conforme contrato de concessão.

O Intangível, a partir de 1º de janeiro de 2009, é revisto para identificar perdas por impairment sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

i) Provisões para contingências

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 21 de dezembro de 2011, a Companhia obteve, por meio do Laudo Constitutivo nº 0195/2011 da SUDENE, o direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com início de fruição do benefício a partir do ano calendário de 2011

com previsão de término no ano calendário de 2020.

Em 19/12/2019, a Companhia obteve, por meio do Laudo Constitutivo nº 0174/2019 da Sudene, a renovação por mais 10 anos do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com previsão de término em 31/12/2028.

A partir de 01 de janeiro 2012, a Companhia iniciou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos, instituído pela Lei nº 5.508/68, regulamentado pela Instrução Normativa SRF nº 267/02, mediante o depósito de 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Em 11 de setembro de 2019, foi publicada a Portaria MDR nº 2.154 a qual condicionou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos relativamente ao lucro da exploração do ano-base de 2019 somente quando entrar em vigor a implementação, pelos órgãos públicos federais responsáveis, das medidas de compensação de que trata o inciso II do caput do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 referente ao impacto orçamentário-financeiro para o Governo Federal.

Diante da exigência legal, a Companhia suspendeu o benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos em agosto de 2019, sendo os valores depositados do período de janeiro a julho de 2019 referentes a 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, revertido para a União e os valores referentes a 50% de recursos próprios com atualizações, devolvidos para a Companhia conforme estabelecido pela Portaria MDR nº 3.114, de 23.12.2019.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída a alíquota de 9% (nove por cento).

k) Apuração do resultado do exercício

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

Reconhecimentos de receita de venda de mercadorias e serviços

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Companhia e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da Companhia não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Reconhecimento da receita de construção

Nos termos dos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01(R1), o concessionário atua como prestador de serviços para a concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 30(R1) – Receita e os Custos de acordo com o CPC 17(R1) - Contratos de Construção.

No caso da construção de infraestrutura para prestação do serviço público de distribuição de gás natural, a receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que não existe margem definida no contrato de concessão e considerando que a Administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de lucro conforme demonstrado na Nota nº 18, letra "b".

l) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem perdas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

m) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias.

No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2019	2018
Lucro líquido atribuído aos acionistas	93.941	116.660
Total de ações ordinárias e preferenciais	19.652.675	18.698.704
Lucro /ação em reais (R\$)	4,78	6,24

n) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que entraram em vigor a partir 01 de janeiro de 2019

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia aplicou apenas na data de sua adoção inicial.

CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento da Companhia e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da Norma, a Companhia reconheceu em seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento - em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudaram em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que são reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades foram mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases

SALVADOR
Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ:04.432.153/0001-20

CAMAÇARI
Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA
Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS
Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI
Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabatã – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUIÉ
Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001

fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Companhia deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames. A Companhia não identificou efeitos significativos na aplicação dessa norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	3.397	8.955
Aplicações financeiras	373.966	340.475
Total	377.363	349.430

As aplicações financeiras são representadas por fundos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários – CDB cujos rendimentos têm correspondido a aproximadamente 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários – CDI.

5. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Braskem S/A	35.466	34.017
Oxiteno Nordeste S/A Ind.e Comércio	7.948	5.798
Elektroz S.A.	4.545	4.988
Deten Química S.A.	3.364	2.119
Dow Brasil Nordeste S/A-Dow Química	4.054	5.094
BSC - Bahia Specialty Cellulose S/A	5.055	3.932
Cristal Pigmentos do Brasil S/A	3.025	2.301
Condomínio Shopping da Bahia	1.253	1.291
Ceramus Bahia S.A.	1.211	835
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.722)	(3.407)
Outros	49.628	39.386
Total	109.827	96.364

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	2019	2018
A vencer	105.669	91.364
Vencidos até 90 dias	2.164	4.253
Vencidos há mais de 90 dias	1.994	747
Total	109.827	96.364

6. Depósitos vinculados

	2019	2018
Circulante	-	2.358
Não Circulante	93	4.879
Total	93	7.237

Referem-se a depósitos constituídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, por conta de Incentivos Fiscais de Reinvestimentos - Sudene, calculado sobre o Lucro da Exploração o qual reduz o Imposto de Renda Corrente do Exercício, acrescidos 50% (cinquenta por cento) de depósitos efetuados pela Companhia os quais, no conjunto, somente serão resgatados mediante aprovação dos respectivos projetos pela Sudene, conforme Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002.

Com a suspensão do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos por parte de governo em agosto de 2019, o saldo dos valores depositados foram revertidos para a União na proporção do imposto devido e os valores referentes a 50% de recursos próprios com as devidas atualizações, devolvidos para a Companhia conforme estabelecido pela Portaria MDR nº 3.114, de 23.12.2019.

7. Estoques

	2019	2018
Gás Natural	482	480
Suprimentos gerais e de manutenção	1.555	3.124
Almoxarifado	61	38
Odorante	204	243
Total	2.302	3.885

Gás Natural

O estoque de gás natural ao final de 31 de dezembro de 2019 montou em R\$ 482 (R\$ 480 em 2018), equivalentes à 325 mil m³ (325 mil m³ em 2018), distribuídos numa extensão de 1.004 Km (948 km em 2018) de dutos de distribuição em operação.

8. Tributos a recuperar

	2019	2018
Estimativa de IRRF sobre aplicação financeira	1.542	2.980
ICMS a recuperar	5.259	4.256
CSLL	2.580	1.976
IRPJ	14.664	9.294
PIS	4.226	3.970
INSS	4	2
COFINS	19.275	18.305
Total	47.550	40.783
Ativo circulante	22.230	22.556
Ativo não circulante	25.320	18.227

A partir de janeiro de 2015, a Companhia, com base nos artigos nº 53 e 55, § 21 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passou a registrar como Tributos a recuperar, os créditos de PIS e COFINS gerados pelas aquisições de materiais e serviços utilizados na construção da rede de gás os quais serão aproveitados para compensação de Tributos a Pagar de PIS e Cofins sobre Vendas e Outras Receitas Operacionais à medida que for sendo amortizado o Ativo Intangível em operação.

Em 28/01/2019 a Companhia obteve êxito em relação a Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400 que teve como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS nas parcelas vindencidas. A partir de dezembro de 2019, com base no artigo 27, Parágrafo Único da IN 1911/2019, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição do PIS e COFINS, gerando crédito adicional no valor de R\$ 439.

9. Créditos nas operações de aquisição de gás

O campo maduro de Morro do Barro atendia ao fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC) por meio do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre o Consórcio ERG Petróleo e Gás e a Bahiagás. A vigência do contrato, após a celebração de aditamento em 2014, passou para 31 de dezembro de 2017.

A Companhia efetuou pagamentos de "Take or Pay" ao Consórcio ERG Petróleo e Gás nos anos de 2009, 2010, 2012, 2014 e 2015, os quais são, de acordo com as disposições contratuais, recuperáveis pela Bahiagás. Ocorreram recuperações de "Take or Pay" nos anos de 2011, 2012 e 2013, cujos respectivos saldos atualizados estão registrados no Ativo Circulante e Não Circulante. Com vistas ao processo de recuperação dos compromissos pagos, as partes assinaram em 1º de agosto de 2019 o 5º Aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural com o Consórcio ERG, com previsão de retomada da operação em fevereiro de 2020. O contrato tem prazo de 52 meses e devido ao cronograma de implantação do Local de Transferência (LT) Dias D'Ávila, o fornecimento será realizado em dois períodos:

1º Período – Nos doze primeiros meses de operação o gás será entregue em Humildes (Feira de Santana), com quantidade contratada de 25.000 m³/dia.

2º Período – O gás será entregue em Dias D'Ávila com quantidade contratada de 40.000 m³/dia até o fim da vigência do contrato.

O fornecimento de gás natural objeto deste contrato encontrava-se interrompido, sob alegação, pelo Consórcio, da ocorrência da depleção do Campo de Morro do Barro, produtor do gás comercializado. Com esse novo aditivo a Bahiagás irá conseguir recuperar 100% os créditos existentes relacionados a saldo de "Take or Pay".

10. Depósitos judiciais

	2019	2018
Fiscais	5.113	5.086
Trabalhistas	5.698	4.905
Cíveis	2.430	827
Total	13.241	10.818

An illustration depicting three individuals striving for goals. On the left, a woman with red hair in a yellow shirt and black pants is climbing a ladder, while a man in a white shirt and black pants stands at the base, supporting her. In the center, a woman in a white shirt and black pants stands atop a tall ladder, holding a large yellow star. On the right, a man in a purple shirt and black pants is climbing a horizontal ladder. The background is a light blue sky with white clouds and several yellow stars.



CONTINUA >>

An illustration depicting three individuals striving for success. On the left, a woman with red hair in a yellow shirt and black pants is climbing a blue ladder, while a man in a white shirt and black pants stands at the base, supporting it. In the center, a woman in a white shirt and black pants stands atop a yellow ladder, reaching for a large yellow star. On the right, a man in a purple shirt and black pants is climbing a set of horizontal bars. The background is a light blue sky with several yellow stars and soft white clouds.


**GOVERNO
DO ESTADO**
BAHIA. AQUI É TRABALHO

2019	2018
196.609	210.902
-	-
2.004.151	1.572.891



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais – R\$, exceto o lucro por ação)

1. Gestão de riscos financeiros Os principais fatores de riscos financeiros que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: •Risco de crédito O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia vem monitorando as contas a receber de clientes, recorrendo a cobrança judicial quando necessária. •Valor de mercado dos instrumentos financeiros Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informa-					
Tipo de seguro	Bens segurados/objeto do seguro	2019	2018		
Responsabilidade civil	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	10.000	10.000		
Riscos Nomeados/Incêndio/raio/explosão	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	23.332	21.450		
Compreensivo Empresarial Tumulto/greve/saques/atos dolosos/danos elétricos	Geral	12.000	12.000		
Riscos Nomeados (Nova Sede)	Maquinismos / Móveis / Utensílios e Mercadorias com cobertura contra - incêndio / queda de raio / explosão / implusão e danos elétricos.	36.000	36.000		
Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas Indevidas	Custos de defesa e custos de compensação associados aos danos morais em r edamação iniciada por colaborador contra o segurado.	5.000	5.000		
Veículo	Mercedes-Benz – Atego 1418 Placa – NZB 0866	419	419		
Veículo	Caminhão–Agrale CAM 14000 4X2 E5 2014 Placa – OZI-0866	300	300		
Seguro Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	Cobertura para Pagamento e/ou reembolso, a título de Indenização securitária.	10.000	11.000		

Lene Matos de Oliveira Contadora CRC/BA 21.132	Luiz Raimundo Barreiros Gavazza Diretor Presidente CPF: 124.838.935-20
Lauro Daniel Beisl Perdiz Diretor Administrativo e Financeiro CPF: 505.207.175-20	Gabriela Damasceno Duarte Diretora Técnica e Comercial CPF: 021.351.397-85

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI - ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da	
COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHAGÁS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ (MF) 34.432.153/0001-20 Av. Professor Magalhães Neto nº 1838 - Pituba – CEP 41.810-011 Salvador/BA - Telefone: (71) 34021050 - Site: www.bahiagas.com.br Prezados Senhores, I - INTRODUÇÃO Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. II - OPINIÃO SEM RESSALVA Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHAGÁS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (<i>IFRS</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (<i>IASB</i>). III - BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. IV - ÊNFASES Ênfase nº 01 – Implantação Parcial dos Preceitos Determinados na Lei 13.303/2016 Sem modificar a nossa opinião, enfatizamos conforme consta da nota explicativa 01, que a Companhia implantou apenas parcialmente alguns preceitos exigidos na Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 18.470/2018 e 18.471/2018, conforme relato que transcrevemos adiante: ✓ Os requisitos de transparência definidos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII, do Art. 8º, da Lei 13.303/16 vêm sendo atendidos pela Administração da Bahiagás. ✓ Visando atender às disposições do inciso II, do Art. 8º, da Lei 13.303/16, os Administradores já submeteram às instâncias societárias competentes a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, a qual contempla a criação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade, a nova composição do Conselho de Administração, além da Política de Indicações. ✓ Foram aprovados pelas instâncias societárias competentes, estando vigentes na Companhia, os seguintes instrumentos normativos: Código de Conduta e Integridade, Política de Conformidade, Política de Gestão de Riscos e a Política de Porta-Vozes. ✓ O Plano de Negócios e de Estratégia de Longo Prazo para os exercícios que se iniciam vem sendo apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração de acordo com os regimentos do §1º, do Art. 23, da Lei 13.303/2016. ✓ Práticas de gerenciamento de riscos e de controle interno foram implementadas pela Administração, inclusive com a inclusão da Gerência de Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia, além da criação de um Comitê de Gestão de Riscos, ambos em atividade. ✓ A proposta de Regulamento Interno de Licitação e Contratos já foi submetida pelos Administradores às instâncias societárias competentes, as quais não deliberaram sobre o assunto até o momento. Apesar disso, as diretrizes gerais sobre licitações e contratos vêm sendo cumpridas, a partir das rotinas e instrumentos relacionados às atividades de contratação. Em 17 de dezembro o Tribunal de Contas do Estado da Bahia expediu Resolução nº 170/2019 estabelecendo prazo de 60 dias (já expirado) para que dentre outras a BAHAGÁS, apresentasse o seu Plano de Ação com iniciativas a serem implementadas para adoção integral das diretrizes de governança preconizadas na aludida Lei 13.303/2018. Enfatizamos que até a conclusão do nosso trabalho o precitado plano de ação não foi apresentado. Ênfase nº 02 – Contingência com Prognóstico de Possível Perda – BRASKEM S/A No teor da Nota Explicativa nº 16, que integra o conjunto das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, a “Companhia” esclarece que não foi possível estimar o valor possível de ser desembolsado e por isso não fez constar em nota explicativa sobre o andamento da Ação Cível iniciada em dezembro de 2002, movida pela BRASKEM S/A, inscrita no CNPJ(MF) sob Nº 42.150.391/0001-70, relativa ao processo de número 0095323-68.2010.805.0001, que tramita em 1ª instância na 7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador, no qual postula-se o fornecimento de 1.200.000/m3 diários de gás natural canalizado. Sem modificar nossa opinião enfatizamos que <i>embora já exista sentença desfavorável à Companhia</i> , e que os valores envolvidos sejam de tal magnitude que poderiam consumir todo seu Patrimônio Líquido, ainda assim, seus administradores e assessores jurídicos, entendem ser possível reverter tal situação, de modo que nenhum valor foi registrado contabilmente em “Provisão para Contingências Passivas” devido às incertezas atinentes ao valor final questionado e ao prazo necessário para o desfecho do aludido litígio. Ênfase nº 03 – Eventos Subsequentes Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 29 que passamos a transcrever: ✓ Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. ✓ Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma	
estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. ✓ A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. V - PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 5.1 Tributos a Recuperar - Créditos Tributários (Nota Explicativa nº 08) Conforme mencionado na nota explicativa nº 08, as demonstrações contábeis sob nosso exame, incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$47.550 em 31/12/2019 (R\$40.783 em 31/12/2018) cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no seu mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. ✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto? Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes do arcabouço normativo pertinente à matéria. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Tributos a Recuperar registrados em Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis, mas entendemos que o cenário citado na nota explicativa nº 29 pode impactar diretamente no seu prazo de realização se a manutenção do regime superavitário de 2019 não se consolidar nos próximos cinco exercícios. 5.2 Provisão para Contingência - Litígios de Provável Perda (Nota explicativa nº 16) Observando ao que determina a NTG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia efetua provisão com base em avaliação de classificação e qualificação dos riscos com probabilidade de um desfecho desfavorável, considerada como de perda provável, cujo montante registrado é de R\$ 25.777 em 31/12/2019 (R\$ 7.282 em 31/12/2018). Para as ações classificadas e qualificadas como de perda possível, apenas é mencionado em notas explicativas o montante estimado de R\$143.500 mil em 31/12/2019 (R\$124.197 mil em 31/12/2018). Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, conjuntamente com seus assessores jurídicos, considerando-se as jurisdições, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. Os litígios classificados e qualificados como de remota perda, não são registrados contabilmente ou mencionados em notas explicativas. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos vultuosos valores litigados nos processos prognosticados como de possível perda, bem como devido a subjetividade de eventual acordo ou decisão, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil. ✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2019, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) da Companhia diretamente junto aos “litígios” dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisdição para ser consideradas. Esse trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se forneceram informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida. III - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2019 COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHAGÁS - CNPJ (MF): 34.432.153/0001-20 NIRE: 293.000.18155	
O Conselho Fiscal da Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido AUDIMEC – Auditores Independentes, datado de 23 de março de 2020, apresentado sem ressalvas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelos membros da administração e tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opinou favoravelmente a proposta da Administração relativa à destinação do lucro do exercício de 2019, a serem	
submetidos à Assembleia Geral de Acionistas. Salvador/BA, 31 de março de 2020.	
LUIZ HENRIQUE GONZALES D'UTRA	
ELBA ALVES DE BRITTO MARCO FRANCESCO PATRIARCHI	
BRUNO DO PRADO CASTILHO JASSICON QUEIROZ DOS SANTOS	

CONTADORA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Lene Matos de Oliveira CRC/BA 21.132		Marcus Benicio Foltz Cavalcanti Alex Sandro Gasparetto Luiz Raimundo Barreiros Gavazza Maurício Teles Barbosa Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo		Lauro Daniel Beisl Perdiz Diretor Administrativo e Financeiro CPF: 505.207.175-20	
				Luiz Raimundo Barreiros Gavazza Diretor Presidente CPF:124.838.935-20	
				Gabriela Damasceno Duarte Diretora Técnica e Comercial CPF: 021.351.397-85	



GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado reforça enfrentamento ao coronavírus com mais de 2,6 mil leitos

Desde o primeiro caso confirmado de coronavírus na Bahia, há cerca de dois meses, o Governo do Estado tomou diversas medidas para conter as taxas de transmissão da doença, como a suspensão das aulas da rede estadual de ensino e restrições no transporte intermunicipal. Uma estrutura com 2.685 leitos de referência entre clínicos e UTIs, adultos e pediátricos, está sendo implantada para o atendimento de baianos infectados pelo vírus. “Nós utilizaremos o recurso que for necessário para garantir a vida das pessoas que estiverem precisando de atendimento”, afirma o governador Rui Costa.

Segundo o último boletim divulgado pela Secretaria da Saúde (Sesab), o estado registra 4.301 casos confirmados da doença, com 918 pacientes recuperados e 160 óbitos. De acordo com o titular da pasta, Fábio Vilas-Boas, as medidas tomadas pelo governo têm contribuído para impedir o colapso do sistema de saúde baiano.

“A Bahia começou a se preparar ainda em janeiro. Estamos aumentando nossa capacidade de atendimento com novos leitos, o que vai fazer com que vençamos esse mês de maio e possamos atravessar junho com mais tranquilidade”, destaca o secretário.

Para auxiliar no enfrentamento ao novo coronavírus, 350 novos respiradores foram comprados pelo Governo do Estado para tratar pacientes diagnosticados. Os equipamentos serão distribuídos pelos municípios baianos assim que chegarem à capital baiana.



Estrutura

A estrutura que está sendo implantada pelo Governo do Estado dispõe de 1.428 leitos na capital e 1.257 leitos no interior. No sul da Bahia, região mais afetada pela pandemia com mais de 500 casos confirmados, uma unidade de atendimento Covid-19 foi inaugurada no Centro de Convenções de Ilhéus, se somando aos Hospitais da Costa do Cacau e ao Hospital de Ilhéus, totalizando 150 leitos de UTI. Além disso, a cidade aguarda o credenciamento de mais 13 leitos no Hospital São José e outros 30 na montagem de um hospital de campanha.

Em Itabuna, estão sendo oferecidos 40 leitos no Hospital Calixto Midlej, 13 leitos infantis no Hospital Manuel Novaes. Mais 48 leitos estão sendo implantados no Hospital de Base Luis Eduardo

Magalhães.

Na região sudoeste, o Governo do Estado contratou 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas, duplicando a capacidade da estrutura já oferecida para o atendimento da região, com 41 leitos no Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC) e outros seis no Hospital Geral de Guanambi (HGG). Em Barreiras, o Hospital do Oeste irá atender os pacientes da região com 60 leitos, sendo 50 de UTI.

Na região metropolitana, Lauro de Freitas dispõe de 301 vagas, sendo 91 UTIs. A maior contribuição será do Hospital Metropolitano, cuja abertura será ainda nesse mês, com 191 leitos. O município de Feira de Santana totaliza 160 vagas, que estarão distribuídas entre o

Hospital da Criança, o Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA) e o Hospital Mater Dei. Já em Seabra, o Hospital Regional da Chapada está dedicando 37 leitos, sendo quatro UTIs e 33 leitos clínicos. A lista completa de cidades e unidades de referência está disponível no site da Sesab.

Somam-se à estrutura 285 leitos para atender pacientes de baixa complexidade, que não tenham coronavírus. As unidades localizadas na capital baiana e em São Félix são fundamentais para absorver os pacientes dos hospitais gerais. As unidades somente receberão pacientes regulados pela Central Estadual de Regulação.

Pronto Atendimento

Os baianos também contam com 70 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em todo o estado voltadas para a classificação, manejo clínico, estabilização do paciente e, caso necessário, regulação para unidades de maior complexidade.

EPIs

O governo tem se esforçado para garantir a quantidade necessária de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais de saúde. Atualmente, o Estado mantém em estoque 879 mil luvas, mais de 922 mil máscaras cirúrgicas e 300 mil unidades da máscara N95. Além disso, o governo adquiriu 32 milhões de luvas, nove milhões de máscaras cirúrgicas e um milhão de máscaras do tipo N95, o que são suficientes para atender a demanda por até seis meses.

ILHÉUS

Faculdade de Ilhéus vai instalar túnel de desinfecção no Centro de Triagem Covid-19

No intuito de contribuir com a força tarefa para contenção do avanço do novo coronavírus no município, a Faculdade de Ilhéus vai instalar um túnel de desinfecção no Centro de Triagem Covid-19, montado pela Prefeitura, em parceria com o Governo do Estado, no Centro de Convenções Luiz Eduardo Magalhães. A Faculdade fez a aquisição do equipamento, que vai estar disponibilizado no local durante o funcionamento da unidade de saúde.

A Faculdade de Ilhéus e a Prefeitura Municipal já estão adotando providências para a implantação e uso do túnel de

desinfecção, que poderá ser utilizado por servidores da saúde e pelas pessoas que necessitarem de atendimento no Centro de Triagem Covid-19.

O equipamento é utilizado para sanitização do vestuário e áreas do corpo expostas no momento da entrada e saída das pessoas no ambiente hospitalar, com ótimos resultados na prevenção contra o coronavírus e bactérias. O processo de desinfecção é realizado por aspersão, com acionamento automático por sensor de movimento quando as pessoas passam pelo túnel.

O Centro da Covid-19 de Ilhéus, com 22 leitos e atendi-



mento 24 horas, foi entregue pelo prefeito Mário Alexandre no dia 29 de abril, com a finalidade de realizar triagem e acolher

pacientes com sintomas leves suspeitos de infecção por coronavírus. Para o local estão sendo direcionadas todas as pessoas com



síndromes respiratórias.

O diretor da Faculdade de Ilhéus, Almir Milanesi, destaca que a iniciativa da instituição é no sentido de somar ao esforço das autoridades no combate à pandemia. “Na Faculdade, 50 por cento dos nossos cursos são na área de saúde (Enfermagem, Nutrição, Odontologia e Psicologia) e todos eles prestam serviços de caráter comunitário. Este é um compromisso da instituição”, salienta.

Mais de 400
FANTASIAS
Fabricação
PRÓPRIA

Alugamos fantasias para crianças e adultos com o melhor preço da região!

PREÇOS
ESPECIAIS
PARA EVENTOS
ESCOLARES

Casa da
FANTASIA
Alugue aqui a sua diversão!



COELHO, PRIMITIVO & BARRETO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Alexandre A. B. Barreto

Av. Firmino Alves, 60
Ed. Módulo Center - 12º Andar
Sala 1201 - Itabuna-BA

73 3041-4749
73 98101-1783
73 99199-5414

alexandreabbarreto@hotmail.com

- SEGURO AUTOMOTIVO
- SEGURO DE VIDA
- SEGURO RESIDENCIAL
- SEGURO EMPRESARIAL
- SEGURO DE BIKE
- PREVIDÊNCIA PRIVADA
- E MUITO MAIS.



SINTA-SE
SEGURO.
O TEMPO
TODO.



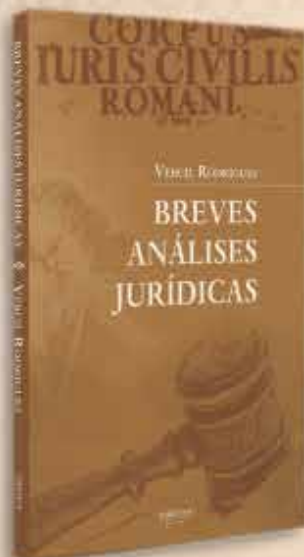
Bradesco, Porto Seguro, Liberty, Sulamerica, Itau, Tokio Marine e Hdi.

ESCRITÓRIO – 73 3215-5739/ 3612-1537

Marlúcio Dantas Ramos - Corretor de Seguros
SUSEP - Nº 10.0140066
73 99103-8000

Allec Fabiann dos Reis Ramos - Corretor de Seguros
SUSEP - Nº 10.20165056
73 99167-4000

Av. Aziz Maron, nº 1.067, 12º Andar, Salas 1205/1206,
Condomínio Empresarial Jequitibá Trade, B. Góes Calmon. ITABUNA-BA



BREVES ANÁLISES
JURÍDICAS



ANÁLISES
COTIDIANAS



DICAS DE DIREITO
IMOBILIÁRIO



DICAS DE DIREITO
PREVIDENCIÁRIO

Um novo jeito
de publicar
o seu livro

DIREITOS
EDITORIAL

www.jornaldireitos.com

TELEFONES:

73 98852-2006 - 99134-5375

**ANUNCIAR É DAR ASAS
AO SEU PRODUTO**

Pensou em
ANUNCIAR
Pensou

SOLLO
Outdoor

FONE/FAX: (73) 3212-3798 - ITABUNA-BA



NESSE MOMENTO
DE CUIDADOS,
**DESEJAMOS QUE
VOCÊ ENXERGUE
O MELHOR DA VIDA!**



Loja Shopping

Av. Aziz Maron, S/Nº, Centro - Jequitibá Plaza, Loja 22, - Telefone (73) 3215.6231 - Itabuna-BA

Loja Centro

Rua Ruffo Galvão, nº 260, Centro - Telefone (73) 3617.8658 - Itabuna-BA

ILHÉUS

Rua Jorge Amado, 23, Centro, Telefone (73) 3231-0660

Rua Visconde de Mauá, 155, Teresópolis,
Telefone (73) 3633-6080

ÓTICAS|CAROL